



Embaixo do dossel

Gênero e florestas na Amazônia

Marianne Schmink

Marliz Arteaga Gómez-García



Embaixo do dossel

Gênero e florestas na Amazônia

Marianne Schmink
Universidade da Florida

Marliz Arteaga Gómez-García
Universidade Amazônica de Pando

Documento Ocasional 152

© 2016 Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)



O conteúdo desta publicação é licenciado sob Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0), <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

ISBN 978-602-387-036-3

DOI: 10.17528/cifor/006139

Schmink M e García MAG. 2016. *Embaixo do dossel: Gênero e florestas na Amazônia*. Documento Ocasional 152. Bogor, Indonesia: CIFOR.

Tradução de Schmink M and García MAG. 2015. *Under the canopy: Gender and forests in Amazonia*. Occasional Paper 121. Bogor, Indonesia: CIFOR.

Tradução por Gabriel Gomes Mello

Foto de Neil Palmer/CIAT.

Uma agricultora centenária na Reserva Juma na Amazônia brasileira

CIFOR
Jl. CIFOR, Situ Gede
Bogor Barat 16115
Indonesia

T +62 (251) 8622-622
F +62 (251) 8622-100
E cifor@cgiar.org

cifor.org

Gostaríamos de agradecer a todos os doadores que apoiaram esta pesquisa através de suas contribuições ao Fundo do CGIAR. Para uma lista dos doadores do Fundo, veja: <http://www.cgiar.org/who-we-are/cgiar-fund/fund-donors-2/>

Todos os argumentos expostos nesta publicação são atribuídos aos autores e não necessariamente representam a posição do CIFOR, instituições representadas pelos autores ou financiadores desta publicação.

Índice

Agradecimentos	v
1 Introdução	1
2 Revisão da literatura sobre gênero e florestas na Amazônia	3
3 Os direitos de propriedade, territórios florestais e comunidades da Amazônia	6
4 As relações de gênero na Amazônia	9
4.1 Mudanças nas relações de gênero entre os povos indígenas da Amazônia	10
4.2 As mudanças nas relações de gênero entre os povos da Amazônia “tradicionais” não indígenas: os seringueiros	11
4.3 As mudanças nas relações de gênero entre as populações Amazônicas “tradicionais” não indígenas: os castanheiros	12
4.4 As mudanças nas relações de gênero entre outras populações não indígenas na Amazônia: ribeirinhos, colonos migrantes e periurbanos	14
5 O gênero nos programas de manejo florestal	16
5.1 O manejo comunitário da madeira	17
5.2 Manejo de produtos florestais não madeireiros (PFNM)	18
5.3 Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais (Brasil)	20
5.4 BOLFOR (Bolívia)	21
5.5 MERGE (Manejo de ecossistemas e recursos com enfoque de gênero)	23
6 Participação das mulheres nos movimentos sociais	25
6.1 As organizações indígenas	25
6.2 Os sindicatos e federações de trabalhadores rurais e organizações extrativistas florestais	27
6.3 As organizações a favor da justiça de gênero	29
7 Prioridades de pesquisas futuras	31
8 Referências bibliográficas	34
Apêndices	39

Lista de Figuras e Tabelas

Figuras

1	Cobertura geográfica de gênero e florestas na amostra de publicações amazônicas, 1985-2013.	3
2	Cobertura de gênero e florestas por grupos sociais na amostra de publicações sobre Amazônia, 1985-2013.	3
3	Áreas Temáticas de publicações sobre gênero e florestas da Amazônia, 1991-2013 (N= 67).	4
4	Áreas Temáticas das publicações sobre gênero e florestas globais, de 2000 a meados de 2011 (N= 121).	4
6	Os participantes do treinamento do BOLFOR, de acordo com o gênero.	21
7	Principais temas identificados no trabalho de organizações que apoiam as mulheres.	30

Tabela

1	Organizações centradas em questões de justiça gênero, direitos da mulher, direitos coletivos à terra e manejo dos recursos naturais da região amazônica.	30
---	--	----

Agradecimentos

Os autores desejam expressar a sua gratidão a Janis Alcorn, Kiran Asher, Omaira Bolaños, Peter Cronkleton, Carmen Diana Deere, David Kaimowitz, Anne Larson, Denyse Gomes Mello e Susan Paulson, pelos seus comentários úteis sobre as versões anteriores deste documento. Qualquer erro ou omissão é de inteira responsabilidade das autores.

1 Introdução

A floresta Amazônica atrai cada vez mais a atenção mundial devido às preocupações com o desmatamento em regiões tropicais, as mudanças climáticas, os gases do efeito estufa e REDD+ (iniciativas para a redução de emissões derivadas do desmatamento e degradação florestal), a segurança energética, o agronegócio, a segurança alimentar, e os direitos territoriais indígenas (Mai *et al.* 2011, 246; Vázquez 2013, n. 11). As florestas amazônicas, além de comporem a maior extensão de floresta tropical no mundo - cerca de 6 milhões dos 6,5 milhões km² da área total da região - são também o lar de cerca (em 2009) de 33 milhões de habitantes (UNEP 2009, 133; De Jong *et al.* 2010). Em grande medida, esses diferentes tipos de florestas (florestas tropicais, florestas inundadas, sazonais, decíduas e pastagens) e seus diferentes grupos humanos estão escondidos sob o dossel da floresta Amazônica. Mas, apesar de sua relativa invisibilidade para o mundo exterior, a floresta Amazônica é uma paisagem cultural historicamente formada e gerida por uma grande diversidade de habitantes rurais, incluindo povos indígenas, seringueiros (extratores de látex), grupos neonativos, agricultores, ribeirinhos, colonos agrícolas e populações urbanas (Vadjunec e Schmink, 2012). Esses grupos e comunidades manejam ativamente a floresta Amazônica para a sua subsistência e como um componente essencial de sua identidade e sua situação socioeconômica, e vida espiritual. Dentro dessas comunidades, homens e mulheres utilizam várias estratégias de manejo florestal para sua subsistência, bem como para responder às demandas do mercado de alimentos, medicamentos, artesanato, materiais de construção, lenha, madeira e serviços ambientais. Para este fim, eles se baseiam em tradições e conhecimentos profundamente enraizados em sua cultura, e ao mesmo tempo inovam constantemente em resposta às mudanças ecológicas e às condições socioeconômicas. Essas diversas tradições e inovações são recursos-chave

para uma contínua adaptação às mudanças globais, apesar de serem relativamente invisíveis para os mercados externos e os tomadores de decisão.

Apesar da importância das florestas para os processos globais, e a antiga tradição do manejo florestal por parte dos povos amazônicos, curiosamente, há pouca literatura disponível sobre gênero e as florestas da região amazônica. Os papéis e as relações de gênero são componentes importantes das emergentes questões-chaves relacionadas às florestas, como é o caso das mudanças climáticas e os diferentes riscos e oportunidades que enfrentam homens e mulheres em diversos contextos (Masika 2002, 4). As diferenças de gênero historicamente determinadas, e outras práticas culturais em termos de acesso à propriedade, à educação, aos cuidados de saúde, às atividades de geração de renda e à mobilidade, podem influenciar as definições do que é um comportamento “adequado” para os homens e as mulheres, e na sua capacidade de responder à mudança das condições do manejo florestal local. As relações de gênero na Amazônia estão mudando rapidamente e em diversas formas, as quais têm importantes implicações para as práticas de manejo florestal, a segurança alimentar das comunidades, os meios de vida sustentáveis e a capacidade das mulheres e dos homens da Amazônia de lidarem com os impactos das pressões do mercado global e as mudanças climáticas.

A importância das questões de gênero está começando a ser reconhecida na literatura mundial sobre florestas globais. A revista acadêmica *Gender and Development* publicou uma edição especial sobre as mudanças climáticas em Julho de 2002; a revista *International Forestry Review* publicou uma sobre as florestas e o gênero em 2011; a revista *Agroforestry* publicou uma sobre gênero em Janeiro de 2012. Assim como outras publicações, esses volumes não dedicaram quase nenhuma atenção

para à Amazônia, e pouca atenção foi dada à América Latina (AMI *et al.* 2011, 254; Bose e Van Dijk 2013, n. 7). Uma revisão recente da literatura sobre gênero e acesso às florestas e terras agrícolas na América Latina, constatou que há poucos trabalhos recentes e somente alguns novos pesquisadores; a maior parte da análise rigorosa havia sido feita por apenas poucos cientistas e, como consequência, houve uma falta de dados provenientes da América Latina sobre as diferenças jurídicas, culturais, políticas e raciais/étnicas no acesso das mulheres à propriedade (Bose e Van Dijk 2013, 3). Uma revisão recente da literatura em inglês sobre “gênero e florestas” realizada no serviço de informação científica *Web of Knowledge*, encontrou apenas 22 de 121 publicações concentradas na América Latina (Mai *et al.* 2011, 246). Nessa revisão, as referências, relacionadas especificamente ao “manejo florestal comunitário” incluíram apenas uma fonte sobre a América Latina, e não foram encontradas referências sobre a “posse e/ou direitos de propriedade” na região. Os únicos temas em que a América Latina foi representada com destaque na literatura de gênero revisada foram “conhecimentos tradicionais” (com 12 referências) e a “degradação dos recursos florestais,” onde duas das seis fontes identificadas focaram nessa região.

Entre as questões-chaves que ainda devem ser abordadas na literatura sobre gênero e as florestas da América Latina, estão: acesso e direitos aos recursos, meios de subsistência, governança, dinâmicas dentro da unidade familiar, e diversos interesses nos recursos florestais (Mai *et al.* 2011, 247). Bose e Van Dijk (2013, n. 9) apontam que há pouco conhecimento sobre a América Latina em termos de integração das percepções de mulheres indígenas na política; informações desagregadas por gênero, idade, classe social e etnia nos censos e outras fontes, tais como pesquisas demográficas e de saúde; dados sobre acesso e propriedade, especialmente em terras comunais; participação e impacto dos movimentos sociais; e conflitos florestais e seus impactos. As lacunas de informação são abundantes. Além disso, há uma falta de estudos comparativos sobre as importantes diferenças relativas à gênero e às florestas dos diversos países da Amazônia. Identificar e abordar essas inúmeras lacunas no entendimento de gênero e florestas é essencial para os futuros esforços em favor de uma gestão sustentável das florestas da Amazônia.

2 Revisão da literatura sobre gênero e florestas na Amazônia

Em 2013, a equipe de Florestas e do Meios de Subsistência do Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR) solicitou uma revisão da pesquisa sobre gênero em termos das florestas e dos direitos de propriedade na Amazônia, para ajudar a orientar futuros programas de pesquisa. Como uma contribuição para abordar essas lacunas importantes na literatura, fizemos uma extensa pesquisa da literatura (em inglês, espanhol e português), usando um conjunto diversificado de palavras-chave (*gender and forest in Latin America; gender and forest; access to land in Latin America; gender and forest in the Amazon; mujer y Amazonia; mulher e Amazônia; mujer y bosque en Latinoamérica*; mulheres e floresta na América Latina). A pesquisa foi feita on-line na *Web of Knowledge / Web of Science*; o *Google Scholar*, o *Hispanic American Periodicals Index (HAPI)*; e a *Rede Latin American Network Information Clearinghouse (LANIC)*, assim como na *Coleção Latino-americana da Universidade da Flórida* e nas bibliotecas pessoais das autores. Além disso, procuramos informações em sites e blogs de diversas instituições ligadas ao gênero, como *FAO*, *CIFOR* e *IUCN*, entre outros; a maioria dos

documentos encontrados foram guias, arcabouços conceituais e manuais que não tinham um foco geográfico (por exemplo: *FIDA 2008; Colfer e Minarchek até 2012*). Contatamos também 32 especialistas (listados no Apêndice 1), os quais nos proporcionaram referências adicionais. Ao revisar os materiais identificados, consultamos suas bibliografias para encontrar novas fontes, quando possível.

A lista final dos materiais recolhidos consistiu de 67 artigos que diretamente abordaram questões sobre gênero e as florestas da região amazônica: um conjunto de fontes relativamente pequenas e dispersas. O Anexo 2 contém uma lista descritiva dessas referências, ordenadas cronologicamente. Quase a metade desses materiais (30) estavam em inglês; 20, em português e 17 em espanhol (dois artigos foram escritos em três línguas). Por países, as referências focavam no Brasil (28), Bolívia (13), Peru (13), Colômbia (5), Equador (5) e Venezuela (2) (Figura 1). Muitas fontes foram disponíveis na Internet, mas outras tinham sido publicadas em livros, relatórios ou artigos acadêmicos, que nem sempre foram fáceis de

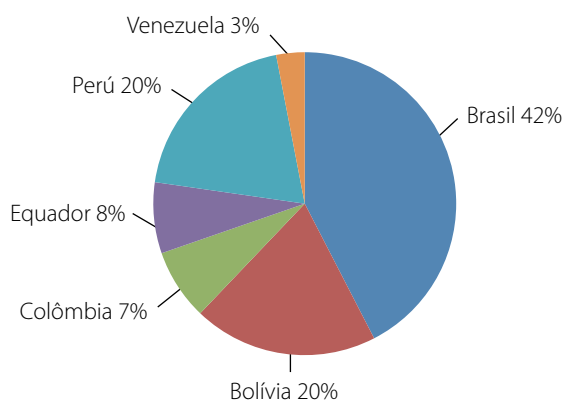


Figura 1. Cobertura geográfica de gênero e florestas na amostra de publicações amazônicas, 1985-2013.

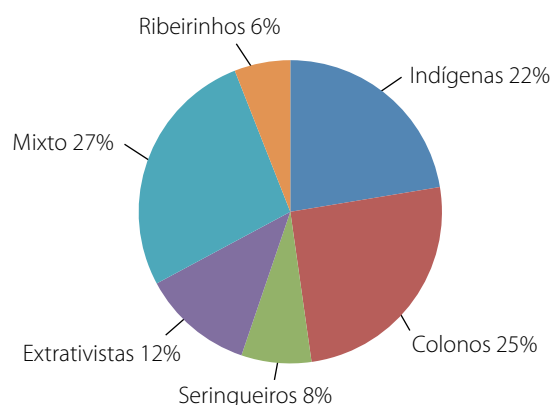


Figura 2. Cobertura de gênero e florestas por grupos sociais na amostra de publicações sobre Amazônia, 1985-2013.

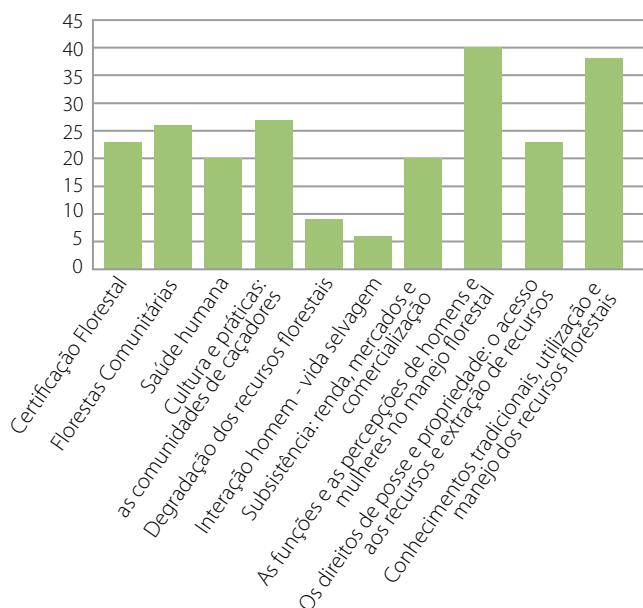


Figura 3. Áreas temáticas de publicações sobre gênero e florestas da Amazônia, 1991-2013 (N= 67).

Fonte: Cálculos dos autores, 2013.

acessar; excluimos as referências nos casos em que não tínhamos informações suficientes para encontrar a fonte ou não tínhamos acesso ao texto. Não incluímos as publicações de sites da web, teses ou dissertações de universidades, nem a valiosa literatura cinza que pode ser encontrada em cada local, porque consideramos que isso está fora do escopo do presente estudo.

Na ausência de pesquisa comparativa e sistemática sobre gênero e florestas na Amazônia, a discussão tomou como base vários estudos de caso em profundidade úteis, a fim de fornecer detalhes mais específicos. Utilizando os materiais disponíveis, esta revisão concentra-se em diferentes grupos sociais, colhendo ideias a partir dos grupos para os quais relatórios foram incluídos nesse levantamento, e destacando as lacunas e prioridades para futuras pesquisas. Como pode ser visto na figura 2, para além das diferenças no contexto nacional, a cobertura da literatura selecionada concentra-se muito desigualmente em certos grupos sociais, em particular nos grupos indígenas e comunidades “tradicionais” da Amazônia brasileira.

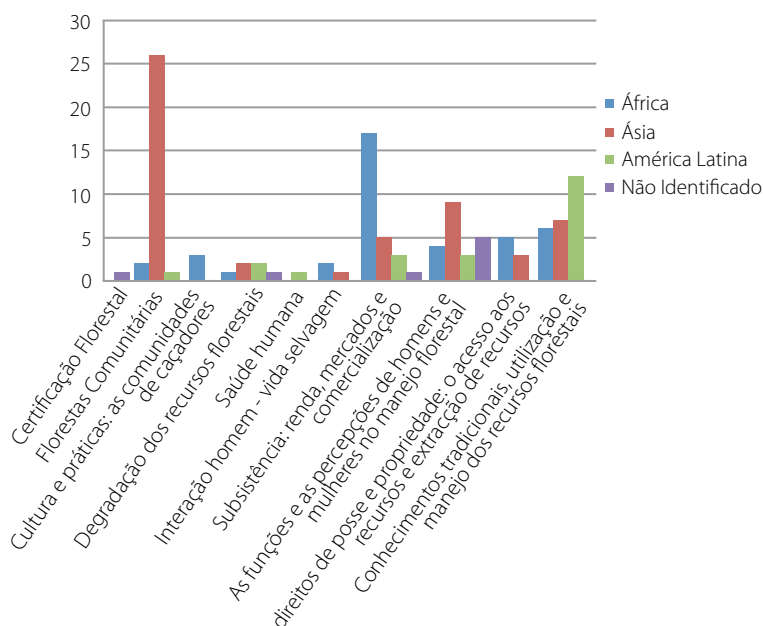


Figura 4. Áreas temáticas das publicações sobre gênero e florestas globais, de 2000 a meados de 2011 (N= 121).

Fonte: Mai *et al.* 2011: Figura 2, pág. 250.

Para podermos comparar a cobertura temática da nossa revisão da literatura amazônica com a revisão global realizada por Mai *et al.* (2011), avaliamos a distribuição da literatura através dos mesmos dez temas-chave (ver figuras 3 e 4). Apesar das diferenças nos parâmetros de pesquisa, a comparação sugere uma certa consistência em temas-chave. Na revisão global de Mai *et al.*¹, os temas mais importantes foram florestas comunitárias, meios de subsistência e geração de renda, conhecimento tradicional e papéis de gênero. Em nossa revisão da literatura amazônica, os temas mais importantes foram relacionados aos papéis de gênero, ao conhecimento tradicional e às florestas comunitárias, mas as publicações foram distribuídas mais equitativamente entre

1 Nossa revisão incluiu publicações em inglês, espanhol e português de muitas fontes diferentes, além da Web do Conhecimento (websites, os motores de busca, literatura cinzenta, livros em versão física, e fontes on-line, focados especificamente na região Amazônica) de 1985 até 2013. A revisão do Mai *et al.* foi global, e incluiu apenas a literatura na língua inglesa sobre gênero e florestas da África, da Ásia e da América Latina, contida na *Web of Knowledge*, 2000 a 2011.

outros temas, tais como os papéis e percepções dos homens e das mulheres, a certificação florestal, a degradação dos recursos florestais e a posse da terra.

Neste artigo, destacamos os temas chave de especial relevância para a Amazônia:

- Direitos de propriedade, territórios florestais e comunidades da Amazônia
- Diversas e dinâmicas relações de gênero
- Programas de manejo florestal e gênero
- Participação das mulheres em movimentos sociais.

Nossa revisão baseia-se no reconhecimento da importância da participação ativa de ambos, tanto dos homens quanto das mulheres, na adaptação às futuras mudanças que enfrentam a Amazônia devido às mudanças climáticas e outras ameaças

externas, e ao abordar o desafio permanente de assegurar os seus direitos à terra e aos recursos, a fim de proporcionar meios de vida sustentáveis para suas famílias e melhorar a sua capacidade de tomar decisões estratégicas de vida. O poder de tomar essas decisões depende de três aspectos chave do empoderamento (Kabeer 1999, 438): o acesso e controle dos recursos necessários; o reconhecimento e o exercício da atividade humana ou “poder interior” para participar na mudança social transformadora; e a capacidade de utilizar esses recursos e de alcançar as habilidades necessárias para o bem-estar. Concluímos com recomendações de prioridades para pesquisas futuras sobre um maior empoderamento das mulheres e dos homens marginalizados, para manejarem sustentavelmente as florestas e comunidades da Amazônia.

3 Os direitos de propriedade, territórios florestais e comunidades da Amazônia

Pode ser que os homens e as mulheres das comunidades indígenas, das comunidades ribeirinhas, das comunidades de colonos, seringueiros e outras comunidades florestais da Amazônia sejam em grande parte invisíveis para os atores externos (Vadjunec e Schmink até 2012), mas eles ocupam grandes extensões de território que reivindicaram e ocuparam de formas diversas, e portanto, desafiam as generalizações (Almeida 2011). As políticas nacionais têm tido grande influência sobre o uso da terra e da floresta, incluindo as políticas fiscais e os subsídios para favorecer a criação de gado e o desmatamento, e os requisitos formais dos títulos de terras que incentivam a derrubada de florestas para demonstrar “melhorias”. No Brasil, as distorções nas políticas, nas leis e nos regulamentos sobre as questões agrícolas, ambientais e florestais, e em sua aplicação, têm contribuído para criar insegurança nos direitos de propriedade sobre a terra e a madeira, o que leva a conflitos violentos e persistentes por recursos, os quais afetam de diversas maneiras as mulheres e os homens (Schmink e Wood 1992; Puppim de Oliveira 2008, n. 303; Araujo *et al.* 2009, 262; Almeida 2011; Sauer e Almeida 2011).

Muitos dos assentamentos agrícolas individuais da região foram ocupados de forma espontânea em terras públicas abandonadas, essencialmente os recursos de livre acesso sujeitos a pressões de desmatamento para estabelecer reivindicações de direitos de propriedade que posteriormente poderiam ser reconhecidos (Schmink e Wood 1992). Em outros casos, os colonos se estabeleceram em projetos oficiais de colonização criados pelos governos da região para assentar os agricultores migrantes atraídos pela construção de estradas e outras iniciativas de desenvolvimento. Outros territórios foram reivindicados nas últimas décadas como propriedades comunais pelos movimentos sociais

que representam as comunidades de povos indígenas, *quilombolas* (descendentes de escravos), incluindo Terras Comunitárias de Origem (TCO) na Bolívia e as comunidades indígenas no Equador e no Peru. As terras reivindicadas por outros grupos (tais como extrativistas e coletores de castanhas, seringueiros e quebradeiras de coco babaçu, associados a produtos florestais específicos) também têm sido reconhecidas como terras coletivas em virtude das disposições contidas na Constituição do Brasil de 1988 (Almeida 2011), em resposta aos movimentos sociais. O mosaico resultante de usos da terra comunitárias e de reivindicações formais e informais varia muito em toda a região, dependendo da configuração socioeconômica, ecológica e política específica de cada localidade (Schmink e Wood 1992; Pacheco 2009).

A partir de 1985, as reformas das políticas florestais em diversos países amazônicos têm ampliado os direitos de propriedade das comunidades, como uma resposta às pressões “*top-down*” (tais como as preocupações com a biodiversidade mundial e a descentralização de políticas democráticas), assim como o crescente reconhecimento dos direitos das populações locais e as respostas às suas demandas de direitos de propriedade (Larson *et al.* 2010, 3, 14; Alcorn 2014). Na América Latina, os direitos garantidos de posse de terra das comunidades são muito mais elevados do que em outras regiões, conseqüentemente o regime de direito e a gestão da propriedade comunal é muito mais importante, onde ambos os homens e as mulheres participam de formas diferenciadas (Larson *et al.* 2010, 6; IRR 2012, 8; Vázquez 2013, n. 13). Nas últimas duas décadas, quase todos os países da Amazônia alteraram significativamente suas políticas e instituições sobre os recursos naturais, e os estados e governos locais desenvolveram diretrizes para o manejo florestal, muitas vezes com a participação do público (De Jong 2010, 292;

Alcorn 2014). No entanto, apesar dessa tendência de descentralização na região, muitos aspectos do processo de tomada de decisões relacionados à floresta continuam a ser da competência das autoridades nacionais, ao passo que os resultados em nível local são essencialmente influenciados pelas relações de poder e os direitos de propriedade, como, por exemplo, as relações de poder entre os gêneros, que podem ter mudado relativamente pouco (Pacheco 2005, 166). Além disso, as tentativas de simplificar os protocolos de gerenciamento tendem a focar na madeira, deixando de lado os produtos não madeireiros locais, que podem ter mais importância para as mulheres (De Jong 2010, 292). As mulheres correm o risco de sofrer marginalização se não tiverem condições de apresentar as preocupações que afetam seus meios de subsistência e bem-estar (Alcorn até 2014, n. 8).

Os grandes territórios conferidos ao controle das comunidades da América Latina refletem em parte o resultado das mudanças fundiárias como uma resposta às lutas populares, tanto dos povos indígenas como dos não indígenas, para defender seus direitos históricos, e para proteger as florestas e melhorar seus meios de subsistência (Cronkleton *et al.* 2008; Larson *et al.* 2010, 8, 14; Almeida 2011; Pacheco *et al.* 2012). As áreas indígenas, junto com as reservas de uso sustentável, os assentamentos de colonização dos pequenos agricultores e os quilombolas, controlam os direitos de mais de 37% do total de terras da Amazônia Brasileira (Santos *et al.* 2011, 22, 26). Essas reivindicações de “territórios” implicam muito mais que simples direitos à terra, e muitas vezes incluem a memória histórica e identidade, e implicam o direito de auto determinação e auto governança da propriedade comum usando práticas locais, que podem seguir uma lógica diferente das de instituições formais de propriedade. No Brasil, “as terras tradicionalmente ocupadas”, combinam o uso da propriedade comum (floresta, água, campos e pastagens) com propriedades tituladas e o reconhecimento de direitos *de fato* relacionados às atividades extrativas, agrícolas, de pesca, de caça, artesanais e de criação animal específicas (Almeida 2011, n. 37). Muitas vezes, garantir o acesso ao território é uma pré-condição para a sobrevivência como um grupo étnico, dentro das tensas mobilizações sociais que unem todos os membros da comunidade em uma luta comum.

A natureza coletiva dos territórios florestais controlados por comunidades amazônicas, sejam elas baseadas em direitos coletivos de uso tradicional, de base comunitária e de longo prazo, ou em títulos legais, constitui, para as mulheres, um contexto de posse da terra que “não garante necessariamente a todos os membros de uma comunidade o acesso seguro à terra ou ao controle dessa” (Deere e Leon 2001, 229). Como Deere *et al.* (2012) argumentam, o poder de negociação da mulher dentro do lar está relacionado à propriedade dos bens que proporcionam-lhes uma “posição de segurança” em caso de desespero, divórcio ou morte. O grande interesse em garantir os direitos da comunidade desencoraja o interesse pelas desigualdades internas de gênero, que podem parecer secundárias ou uma ameaça para a unidade da comunidade. Em particular, as mulheres indígenas podem considerar a defesa das reivindicações das terras coletivas de sua comunidade como seu interesse principal, especialmente dada à associação histórica dessas mulheres com a manutenção dos conhecimentos e das culturas tradicionais (AIDSESP 2006, 19, 76). Na prática, as concessões de direitos sobre os recursos dentro das terras comunais continuam seguindo os “usos e costumes” tradicionais, que podem apoiar ou não a igualdade de gênero (Deere e Leon 2001, 229; Deere *et al.* 2011, 23).

A persistente e generalizada desigualdade de gênero nas propriedades de terras da Amazônia se deve à preferência pelos homens na herança, aos privilégios do homem no matrimônio, na distribuição de terra por programas governamentais, e na desigualdade no mercado, tanto em terras privadas individuais como em terras comunais (Deere e Leon 2001, 2). Entre os vários mecanismos legais, culturais, estruturais e institucionais que excluem as mulheres dos direitos territoriais se encontram as ideologias patriarcais sobre a divisão do trabalho por gênero nas esferas pública e privada, e em particular a prática de ceder os direitos de propriedade da terra para apenas um dos representantes da casa: o homem chefe da família. A falta de direitos independentes das mulheres sobre a terra passa a ser um problema, especialmente em casos de ruptura conjugal ou migração dos homens. No Brasil, onde a titulação conjunta de homens e mulheres surgiu como uma opção da Constituição de 1988, a propriedade da terra continua a ser muito baixa entre as mulheres (12,6 por cento em meados da década

de 1990), porque as práticas culturais levaram à titulação somente dos homens chefes de famílias, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) resistiu à titulação conjunta porque os formulários que foram utilizados para o registro de terras não tinham espaço para dois nomes até as reformas do ano 2001 (Deere 2003, 271). Dentro das comunidades rurais do Perú, as pesquisas sobre o efeito do empoderamento de reformas políticas recentes que requeriam titulação conjunta da terra, demonstraram que nas comunidades onde as propriedades individuais da família tinham o nome de ambos os homens e mulheres, as

mulheres tiveram uma maior participação nas tomadas de decisões da unidade familiar em várias áreas, em especial as relacionadas com a agricultura e uso da terra (Wiig 2013). Dentro da unidade familiar e nas comunidades da Amazônia, alcançar direitos autônomos à terra e aos recursos constituiu um desafio significativo para as mulheres, nas mais diversas formas que ainda não foram bem investigadas e podem ter implicações importantes para a sustentabilidade dos meios de subsistência futuros.

4 As relações de gênero na Amazônia

Os padrões culturais, históricos e institucionais têm levado as relações de gênero na Amazônia a serem muito diversas, e se encontram em processos de mudança: existem 420 diferentes povos indígenas amazônicos com um conjunto da população de mais de um milhão que falam 86 idiomas e 650 dialetos (UNEP 2009, n. 72). A desigual cobertura de lugares e grupos sociais na literatura existente torna difícil fazer generalizações. Além disso, as crenças e as práticas culturais estão evoluindo rapidamente na região amazônica, de formas que não foram devidamente documentadas. No entanto, várias características geralmente relatadas sobre as relações de gênero na Amazônia, listadas abaixo, fornecem um ponto de partida para a compreensão da diversidade e mudança. Cada uma dessas condições varia consideravelmente segundo o contexto social e ambiental, como o ilustram os exemplos de grupos sociais específicos da Amazônia.

- A **forte identidade comunitária** e compromisso político entre grupos étnicos, ocupacionais e outros, **desviam a atenção da desigualdade de gênero**, que contradiz a unidade comunitária.
- **Valores culturais patriarcais** entre alguns grupos indígenas e entre a população advinda do nordeste do Brasil, de um modo geral, pressupõem que os **homens representam a família e a comunidade em espaços públicos**, deixando as mulheres sem direitos de propriedade independente e autônoma, nem representatividade na tomada de decisões relacionadas ao manejo florestal.
- A **divisão do trabalho por gênero** frequentemente se associa a **diferentes espaços físicos e áreas de atividade**: por exemplo, as mulheres podem participar em atividades reprodutivas e produtivas em hortas familiares/comunitárias e atividade de corte e queima (incluindo atividade de pecuária, sistemas agroflorestais, e produtos florestais não

madeireiros [PFNM]); enquanto os homens dominam atividades de caça, preparação das terras para a agricultura e extração madeireira para o mercado comercial. Nas comunidades não indígenas, os espaços das mulheres são ainda mais limitados - e os homens muitas vezes controlam a agricultura.

- O **trabalho produtivo das mulheres é muitas vezes invisível** para os mercados e para os atores externos, devido a sua associação com a casa, com a família e a sua subsistência, e devido ao seu limitado acesso aos mercados.
- O **isolamento geográfico** de muitas comunidades florestais dificulta ainda mais a ação coletiva das mulheres e limita o acesso aos serviços sociais e outros benefícios da cidadania.
- **Programas de apoio ao manejo florestal comunitário** tem influenciado na dinâmica de gênero da comunidade e da família, muitas vezes criando ou agravando as desigualdades, **concentrando recursos em um pequeno grupo de homens responsáveis pelo manejo da madeira** e deixando de lado os PFNM e outras tarefas de manejo florestal mais amplos.
- Nas três últimas décadas, as mulheres amazônicas têm encontrado diversas formas de **organizarem-se para apoiar suas lutas comunitárias por terra e outros recursos**, para exigir os serviços de projetos do governo e de ONGs, e para **desenvolver gradualmente suas habilidades e capacidade de liderança** nos espaços comunitários e públicos mais amplos.

Devido às condições históricas nas comunidades da Amazônia, muitas mulheres podem até mesmo não terem documentos de identidade, e não conhecem os seus direitos fundamentais (Grist 1999; Favilla 2006, 29; Shanley *et al.* 2011, 237). A falta de registros oficiais (i.e. certidões de nascimento, documentos de identidade) das mulheres rurais amazônicas, especialmente as mulheres indígenas, pode impedi-las de exercer funções

como representantes oficiais de comunidades ou projetos. Outra limitação comum é o baixo nível de educação entre mulheres de maior idade na Amazônia; um estudo das mais de 1.000 membras da Articulação de Mulheres da Amazônia (MAMA) no Brasil revelou que 80% não tinham estudado além da quarta série da escola primária (Guedes *et al.* 2001).

As novas iniciativas que não abordam essas formas preexistentes de discriminação e desvantagem podem reforçar, ao invés de transformar, a desigualdade de gênero, como aparentemente ocorreu em alguns projetos de mudanças climáticas na Bolívia e no Peru (Masika 2002, n. 6). Em geral, os programas de manejo florestal implementados na região não foram capazes de identificar e abordar sistematicamente as questões de gênero. As mulheres de todos os grupos sociais amazônicos começaram a se organizar nas duas últimas décadas e têm alcançado algum sucesso em termos de capacitação e melhoria do acesso aos recursos. Essas mudanças ocorreram durante um período de rápida transformação socioeconômica, cultural e política, que tem possibilitado às comunidades amazônicas o acesso aos mercados e aos cenários políticos em uma escala sem precedentes, mas os impactos específicos dessas mudanças no gênero, tanto para homens e mulheres, em diferentes situações e contextos, ainda não são bem compreendidos.

4.1. Mudanças nas relações de gênero entre os povos indígenas da Amazônia

Estudos etnográficos das populações indígenas da Amazônia têm comparado essas com culturas de pequena escala na Melanésia que também são altamente influenciadas pelo gênero (Gregor e Tuzin 2001, n. 8): não apenas a dualidade entre o masculino e o feminino tem grande importância em sua vida cotidiana e ritual, mas o eixo macho-fêmea serve como um “modelo” de dualidades em outras áreas das culturas indígenas da Amazônia. A clássica literatura antropológica sobre as culturas da Amazônia tem enfatizado a atribuição dos homens à floresta (para a caça e a guerra) e ao domínio público (a casa coletiva [maloca] e os espaços públicos), e das mulheres para a esfera doméstica e privada, num raio circunscrito ao redor da casa, onde elas têm a responsabilidade de coletar lenha e água, cuidar do jardim e dos animais de pequena porte (Murphy,

Murphy 1985, 83), embora as mulheres também manejem os recursos ao longo dos caminhos e entre áreas de roça de diversas idades que podem ser encontradas vários quilômetros de distância da maloca. No entanto, alguns autores observam que esta distinção binária na vida social das sociedades amazônicas não necessariamente “subscreeve a uma estrutura de poder” em que os homens dominam as mulheres (McCallum 2001, 3; Avilés 2008, n. 28). Vários pesquisadores descobriram que as relações de gênero, universalmente dominadas pelo homem nas culturas indígenas da Amazônia, são flexíveis, fluídas e negociáveis, e que se situam dentro do contexto mais amplo e específico de poder e de desigualdades de cada grupo (McCallum 2001, 164; Avilés 2008, 26). Nessas culturas vem ocorrendo rápidas mudanças, entre elas a diminuição da dominação dos homens, o aparecimento de novas formas de vida da família nuclear, a migração de homens em busca de trabalho, um maior contato com os mercados e o contato permanente com agentes externos (Murphy, Murphy 1985). O crescimento demográfico, conflitos violentos, expansão das fronteiras agrícolas, invasões de terras, aumento da pressão sobre os recursos naturais, e influências culturais externas, tudo isso contribui para a adoção de práticas de subsistência não tradicionais e para a perda de conhecimentos ancestrais vinculados às florestas e seus recursos (de Lozada 2007, 134).

Se requer mais pesquisa sistemática antes de se fazer generalizações sobre as mudanças das relações de gênero entre as muitas comunidades indígenas na região amazônica. As mulheres líderes da AIDASEP (2006, n. 9), a maior organização dos povos amazônicos peruanos, descreve os importantes e tradicionalmente valorizados papéis das mulheres nativas da Amazônia como a “fortaleza” da autossuficiência familiar. Dentro do lar, se não fora, as mulheres eram responsáveis por tarefas essenciais da educação e socialização das crianças, certas tarefas agrícolas, preparação dos alimentos, produção de tecido, cuidado com os pequenos animais, uso de plantas medicinais e ensinar às novas gerações as músicas, os mitos e histórias que tradicionalmente acompanham todas essas atividades. Os homens e as mulheres indígenas controlam diferentes áreas de conhecimento cultural (Athayde 2010). Apesar da sua grande diversidade, os povos indígenas da Amazônia já experimentaram semelhantes contatos com agentes externos (por exemplo: colonizadores, Igreja,

Estado, organizações não governamentais, empresas mineradoras, madeireiros ilegais, e colonos) que têm colocado em risco as mulheres e introduzido elementos da cultura ocidental, alterando as relações de gênero. Os homens são mais propensos que as mulheres a obterem seus documentos de identidade, ir para a escola e aprender espanhol, que lhes dá uma maior vantagem e experiência em lidar com atores externos. Eles também são mais propensos a desenvolver problemas com álcool (que é usado como forma de pagamento pelos comerciantes fluviais), que traz como consequência um aumento da violência contra as mulheres. Com a migração dos homens para fora das comunidades, em busca de trabalho, as mulheres indígenas se veem na situação de ter que assumir muitas novas tarefas, responsabilidades e decisões, para as quais não estão bem preparadas, como a negociação de recursos com agentes externos. A medida que as comunidades indígenas vêm assumindo estruturas novas e mais formais, e criando novas organizações e federações para interagir com o Estado e outros agentes, muitas vezes as mulheres se veem excluídas dessas novas expressões da vida pública, ou restringidas às áreas tradicionais femininas, limitando seu acesso aos direitos e serviços públicos. Os esforços das mulheres indígenas para mudar as relações de gênero têm menos a ver com os esforços para mudar a identidade e as relações de gênero tradicionais, e muito mais com os esforços para resolver sua situação de exclusão de novas arenas públicas das quais são restritas.

Um relatório sobre os direitos humanos das mulheres indígenas dos grupos Aguarunas, Ashaninka e Shipibo do Peru (Piqué 2005) indicou que os casos de violência sexual e doméstica foram comuns e raramente punidos, mesmo quando eles foram relatados. Indicadores sociais medidos neste relatório mostram as desigualdades no que se refere às mulheres indígenas nas áreas de educação (altas taxas de abandono escolar), bem como em relação ao acesso e controle dos recursos naturais, acesso aos serviços públicos de saúde (em especial a saúde reprodutiva) e acesso à justiça. Uma das principais conclusões do estudo foi que as mulheres indígenas da Amazônia peruana haviam atingido um nível de organização formal para a defesa de seus direitos através de suas federações. No entanto, ainda há grandes lacunas entre os padrões das leis internacionais e nacionais em relação às práticas locais; além disso, as leis não foram aplicadas corretamente, e o acesso à justiça foi desigual. O estudo de Pinedo (2014,

179) sobre a mobilidade social e política entre os povos Arakmbut da Amazônia peruana também indicou que as mulheres haviam sido empoderadas através da educação e da participação em projetos financiados pelo Estado, mas ainda tinham menos acesso às capacitações, enfrentavam a oposição de seus maridos e eram limitadas a ocupar cargos de menor importância nos níveis mais elevados de organizações indígenas.

4.2. As mudanças nas relações de gênero entre os povos da Amazônia “tradicionais” não indígenas: os seringueiros

Algumas populações não indígenas na Amazônia, que hoje são vistas como os povos amazônicos “tradicionais” orientados à subsistência, tal como os seringueiros (extratores de látex da seringueira), começaram como migrantes oriundos de outras regiões para se envolver na produção de uma mercadoria destinada ao mercado global, muitas vezes trabalhando no âmbito das relações de semiescravidão. Os seringueiros homens e solteiros, recrutados para dedicar seu tempo exclusivamente para a produção de látex, encontraram suas esposas principalmente nas populações locais na Amazônia, inclusive mulheres indígenas capturadas durante as excursões para escravizar indígenas, conhecidas como “correrias” (Wolff 1999, 106, 163; Pantoja 2004, 116; Montysuma e Cruz 2008, 225). Também mulheres não indígenas foram levadas para os seringais para trabalharem como concubinas (Simonian 1991, n. 12). Com o passar do tempo, as relações de gênero mudaram, e os meios de subsistência dos seringueiros diversificaram-se, incluindo a produção agrícola, cujas tarefas eram compartilhadas entre os membros da família: em geral, os homens eram responsáveis por cuidar dos animais de grande porte, enquanto as mulheres eram responsáveis pela criação de pequenos animais como aves e suínos, e as tarefas domésticas, as atividades não valorizadas pelo mercado, porém em grande parte responsáveis pela sobrevivência da família durante os períodos de preços baixos da seringa (Campbell *et al.* 1996, 32; Wolff 1999, 79, 98, 141; Pantoja 2004, 101). Os produtos comercializáveis (como borracha e castanha) e o dinheiro de sua venda eram controlados pelos homens, deixando as mulheres com poucas opções para gerar sua própria renda (Montysuma e Cruz 2008, 226). Os trabalhos produtivos das

mulheres mantiveram-se praticamente invisíveis, apesar de sua importância para a subsistência das comunidades remotas. Com o tempo, os seringais ocupados por seringueiros evoluíram de empresas controladas por poderosos “patrões” para “territórios” dos seringueiros, e os seus sistemas de subsistência se diversificaram, incluindo a caça, pesca, agricultura, produção de farinha de mandioca, artesanato e extração de produtos florestais não madeireiros (PFNM) (Wolff 1999, 117; Pantoja 2004, 206).

Por tradição, os territórios dos seringais foram demarcados espacialmente segundo os papéis de gênero: a floresta estava associada com atividades “masculinas” tais como a caça e a extração de látex; por outro lado, as atividades da casa e seus jardins circundantes e pequenos animais foram definidas como atividades das mulheres (Wolff 1999, 150). As influências culturais do nordeste brasileiro (i.e. costumes patriarcais, maneiras de falar, valores da família, e papéis de gênero) foram recriadas pelos migrantes nas áreas de extração de látex da região oeste do Acre, no Brasil, onde adotaram características próprias (Wolff 1999, 47, 56). A violência, vinculada de maneira positiva à masculinidade, tradicionalmente permeava as áreas de extração de látex, incluindo as relações com os chefes e os comerciantes de borracha, e entre homens e mulheres (Wolff 1999, 195, 221). Muitas dessas práticas culturais persistem de certa forma nos seringais, até hoje, apesar das mudanças. A violência doméstica nessas áreas está relacionada a conceitos positivos de virilidade e masculinidade; as mulheres seguem comendo sua comida sentadas no chão, enquanto os homens se sentam em cadeiras, e muitas vezes são excluídos das conversas masculinas (Wolff 1999, 57; Pantoja 2004, 211). Em geral, os homens ainda são vistos como os representantes das famílias nas organizações comunitárias e nas esferas externas, como os sindicatos rurais.

As práticas reais dos homens e das mulheres muitas vezes se distanciavam consideravelmente do discurso normativo dessas divisões de gênero. Apesar das formas persistentes de dominação masculina ao longo de suas vidas, as mulheres seringueiras podem ter filhos com vários maridos ou parceiros diferentes, e participar em diversas formas de trabalho, incluindo muitos casos em que homens e mulheres quebravam as “regras” do gênero, especialmente em situações de doença

ou da emigração do marido (Wolff 1999, 37; Montysuma e Cruz 2008, 227). No oeste do Brasil, Kainer e Duryea (1992, 422) constataram que mais de 64% das mulheres tinham cortado e coletado látex em algum momento, e 78% já tinham coletado regularmente o látex extraído pelos homens, apesar de que a extração ainda era vista como uma ocupação masculina (ver também Simonian 1991; Campbell *et al.* 1996, 32; Wolff 1999, 17; Lazarin 2002, 249; Pantoja 2004, 172). Em ocasião, as mulheres participavam em atividades como caça e pesca, que eram consideradas “masculinas” (Wolff 1999, 131). Tanto as mulheres como os homens nas áreas de extração de látex persistiam em menosprezar a participação das mulheres nessas atividades, destacando a natureza perigosa e difícil do trabalho na floresta, o que foi considerado adequado apenas para os homens (Simonian 1991, n. 12).

As relações de gênero nas comunidades de seringueiros brasileiros, os valores patriarcais, a divisão espacial do trabalho, o isolamento social e a exclusão das mulheres dos espaços comunitários e públicos, tiveram uma forte influência sobre os papéis e as estratégias de subsistência das mulheres, e muitas vezes têm limitado seu acesso aos direitos sobre os recursos, e na tomada de decisão no âmbito da unidade familiar e da comunidade. No entanto, mudanças rápidas já estão acontecendo nas zonas rurais, especialmente entre as gerações mais jovens de comunidades extrativistas, incluindo estratégias complexas de migração e de residências mistas urbanas-rurais apoiadas por transferências de benefícios públicos sociais nos últimos anos. Estão faltando mais pesquisas para compreender o alcance, a direção e o impacto destas mudanças nas relações de gênero e no manejo das florestas controladas pelas comunidades seringueiras.

4.3. As mudanças nas relações de gênero entre as populações Amazônicas “tradicionais” não indígenas: os castanheiros

Outros grupos sociais não indígenas da região Amazônica têm centrado na coleta de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), o outro PFNM na região com mercados globais estabelecidos há muito tempo. Na Amazônia, as mulheres são muito mais proeminentes nas atividades

de subsistência relacionadas aos produtos florestais não madeireiros (além do látex) que àquelas relacionadas aos produtos madeireiros, especialmente no mercado estabelecido de castanha-do-brasil (Lazarin 2002, 249; Shanley *et al.* 2008). A castanha constituiu metade das exportações florestais da Bolívia em 2005, com um valor de quase US\$ 74 milhões, o qual representou metade das exportações mundiais (Cronkleton e Pacheco 2010). A coleta e o processamento de castanha representaram cerca de 22 mil empregos, dando emprego para aproximadamente 5.500 trabalhadores migrantes, um número impressionante, tendo em conta a população total de apenas 52.525 habitantes no norte da região de Pando em 2001. A castanha é colhida por épocas - de dezembro a março de cada ano - e os homens de Pando migram para trabalhar em outros lugares no resto do ano, o que dá às mulheres uma maior autonomia em comparação com populações extrativistas mais estáveis, como as do Acre no Brasil (comunicação pessoal de J. Alcorn, 2014).

No Peru, os grupos de colonos que migraram da serra para a região amazônica, principalmente da região de Cusco, tiveram que aprender a criar meios de subsistência no novo meio ambiente amazônico (Porro 2004, 10). Famílias em Madre de Dios, por exemplo, trabalharam duro para aprender a coletar PFNM, como castanha-do-brasil, e para manejar a madeira. Apesar de muitas dessas famílias de colonos terem vivido na região há mais de 30 anos, algumas ainda não têm direitos legais sobre a terra e se encontram em dificuldade ao lidar com os proprietários das concessões florestais e minerais que são economicamente e politicamente mais poderosos que os “castanheiros” (Chavez *et al.* 2012, 1).

As mulheres indígenas e camponesas da Bolívia enfrentaram desafios semelhantes aos das mulheres indígenas e camponesas do Peru (Porro 2004, 5; Llanque *et al.* 2012). As mulheres indígenas e não indígenas que vivem na parte norte da Bolívia tiveram conflitos com os proprietários florestais informais chamados “barraqueiros”, para quem elas foram forçadas a trabalhar porque não tinham direitos sobre a terra (Cronkleton e Pacheco 2010; Alcorn 2014). A maioria dos indígenas de Pando receberam direitos de propriedade a partir de concessões de terras coletivas chamadas “*Territórios Comunais*

de Origen”. Os direitos de terra para povos não indígenas não foram garantidos até a reforma agrária em 2000, quando o “decreto de 500 hectares”, garantiu a concessão de direitos sobre terras comunais na Amazônia, com uma alocação mínima de 500 hectares por família, e as famílias se uniram em novas comunidades para demarcar e obter os novos títulos coletivos. Os direitos de gênero associados à terra carregam as mesmas ambiguidades e limitações potenciais de outras propriedades comuns, já que falta a definição das normas internas de ocupação do território.

As mulheres dos centros urbanos regionais, tais como Riberalta (Beni) e Cobija (Pando), muitas vezes trabalham na indústria de processamento da “Castanha da Brasil” estabelecida nas cidades (Porro 2004, n. 18). A castanha-do-brasil é a base econômica de Riberalta, uma cidade relativamente nova que no ano 2001 alojava 20 fábricas de castanhas que empregaram mais de 4 mil trabalhadores, 75% delas mulheres (Montero e Pavedo 2003, 35, 73). Uma divisão muito específica do trabalho em função do gênero encarrega os homens da coleta da castanha, enquanto as mulheres são empregadas como trabalhadores que ganham por produção no processamento urbano, como “trabalhadoras de fábricas em um enclave de exportação da produção agroflorestal” fortemente vinculado aos produtos florestais (Montero, 2003; Stoian Pavedo 2005, 1481). A maioria dessas indústrias tem contratado mais mulheres do que homens, principalmente porque as podem pagar menos; funcionando como subempreiteiras e trabalhadoras por produção, muitas mulheres subcontratam outros trabalhadores e/ou recrutam seus filhos com idade escolar para trabalharem com elas, como trabalhadores familiares não remunerados, muitas vezes com expedientes tanto durante o dia como a noite. As relações de trabalho combinam contratos “flexíveis” e sazonais (oito meses por ano) com relações semelhantes às de um patrão com seus empregados, que são identificadas com os valores familiares patriarcais, e com o crédito informal através do tradicional costume chamado “habilito” (Montero e Pavedo 2003, 55). Após o declínio da economia tradicional da castanha na década de 1980, as políticas nacionais de ajuste estrutural da Bolívia focaram na promoção da exportação de produtos não tradicionais, como a castanha; fábricas de beneficiamento se ampliaram graças aos incentivos e uma nova estrada construída

na década de 1990 (Cronkleton e Pacheco até 2012). No final da década de 1990, as fábricas bolivianas haviam tomado a liderança na produção de castanha; 90% das castanheiras do planeta são encontradas na Amazônia boliviana.

Os complexos e dinâmicos arranjos de posse da terra, os padrões de migração, práticas de produção e relações de trabalho associados com a coleta e o processamento de castanhas, os quais combinam as relações de trabalho coletivo e individual, tradicionais e assalariadas, diferem notavelmente segundo o contexto nacional (Duchelle 2009). Isso requer uma pesquisa mais sistemática para avaliar o impacto dessas mudanças sobre os recursos florestais, as relações de gênero e os meios de subsistência das famílias.

4.4. As mudanças nas relações de gênero entre outras populações não indígenas na Amazônia: ribeirinhos, colonos migrantes e periurbanos

Além dos povos indígenas, das comunidades de seringueiros e dos coletores e processadores de castanha, a Amazônia é o lar de muitos outros grupos sociais, cada um com sua própria história, identidade, formas de ganhar a vida e presença política, cujas experiências desafiam as generalizações (Almeida 2011). Existem poucas informações sistemáticas disponíveis sobre as relações de gênero e as estratégias de subsistência entre essas diversas populações. Um estudo de mais de 1.000 mulheres amazônicas rurais revelou que 57% dessas mencionaram o extrativismo florestal como sua atividade econômica principal; um terço delas também trabalhavam fora de sua propriedade, mas com baixa renda (Guedes *et al.* 2001). Muitas dessas mulheres podem trabalhar por conta própria, e é provável que os dados mais recentes mostrem um declínio no trabalho extrativista e um aumento na dependência dos benefícios sociais, como aposentadoria e a transferência condicional de renda, que fazem parte do programa brasileiro contra a pobreza, e que chegam a entre um quarto a um terço dos lares amazônicos (Guedes *et al.* 2001).

Historicamente, os migrantes e seus descendentes ocuparam as margens dos rios e as terras amazônicas alagadas (várzea), onde tanto as

mulheres como os homens podem se dedicar à agricultura de subsistência, juntamente com a comercialização de produtos florestais, muitas vezes sem direitos claros sobre a terra e os recursos. Entre as comunidades brasileiras da várzea, o trabalho com a palmeira de *açai* e outros recursos, tem um forte componente de gênero; as economias baseadas em recursos são controladas principalmente pelos homens, incluindo produção e comércio, enquanto as redes de vendas diretas têm aberto oportunidades para mulheres rurais e urbanas, apesar dos riscos econômicos (Brondizio 2011, n. 221). Um estudo realizado em uma comunidade no Nordeste do Pará, no Brasil, revelou a mudança nas relações de gênero impulsionada pelo aumento do mercado internacional de *açai* (Cunha 2006). Desde o século XVIII, a população do município de Igarapé-Mirim tem dependido da extração de produtos florestais, incluindo óleos, fibras, cascas, folhas, resina, palmitos e madeira. Na década de 1980, a região sofreu alterações significativas, com o declínio da indústria local de cana-de-açúcar, o impacto da barragem de Tucuruí sobre as populações de peixes e a expansão das fábricas de extração do palmito, que ameaçaram a palmeira do *açai*, cujas fruta e suco ainda constituem um alimento básico (Cunha 2006, n. 6). Enquanto muitos trabalhadores rurais migraram para a cidade vizinha de Igarapé-Mirim, um grupo de líderes conseguiram convencer um grupo de residentes a retornar para a zona rural para criar um plano de desenvolvimento alternativo com o apoio de um grupo religioso italiano, uma ONG e a universidade local. Trabalhando em conjunto com o governo e outros parceiros locais, os membros do grupo foram treinados em práticas de manejo do *açai*, e começaram a exportar para o mercado norte-americano em 2003, obtendo a certificação dois anos mais tarde. As mulheres locais participaram ativamente na criação do novo projeto comunitário e formaram sua própria Associação das Mulheres em Igarapé -Mirim (AMIM). Uma das preocupações das mulheres era que os benefícios como crédito rural estavam direcionados para os homens, como representantes oficiais da família. Em 1992, uma mulher foi eleita para a direção do sindicato dos trabalhadores rurais local e outra se tornou presidente do sindicato em 2003, o que, com o passar do tempo, transformou o papel das mulheres de ajudante para protagonista (Cunha 2006, 10).

Uma população muito diferente das comunidades amazônicas é que se encontra nos programas oficiais de colonização. Estudos têm encontrado uma grande variedade de papéis de gênero e de meios de subsistência entre os colonos agrícolas migrantes, que evoluíram com o tempo através de etapas previsíveis de uso da terra no “ciclo pioneiro” (o desmatamento e as culturas anuais, seguido por culturas perenes e/ou pastagem), mas também que muda em resposta à disponibilidade de mão de obra devido às mudanças no ciclo de vida (Grist 1999, 3). A participação da mulher na agricultura pode variar de uma participação plena, especialmente nas fases iniciais da colonização da fronteira, para casos de “domesticação” das mulheres colonas pioneiras que perderam o acesso à atividade econômica após a migração da família, especialmente em locais com uma alta proporção de homens em relação às mulheres, ou onde a pecuária é a atividade dominante (Townsend, 1995). Há evidências de que a migração muitas vezes leva à diminuição da autonomia das mulheres, e um maior isolamento social e invisibilidade de suas contribuições no trabalho (Grist 1999, 8, 16). Grist (1999) observou que a participação das mulheres na agricultura foi baixa em comparação com a dos homens; os homens ocupavam-se com os animais de grande porte e as mulheres, em geral, ocupavam-se com os animais de pequeno porte e com a maior parte das tarefas domésticas. Os homens eram, em geral, os proprietários titulares das terras e da casa da família e, de um modo geral tomavam todas as decisões importantes da casa; as mulheres, por outro lado, muitas vezes não tinham acesso ao dinheiro. Além disso, embora as mulheres contribuíssem para projetos da Igreja e da comunidade (muitas vezes preparando a comida para os participantes de tais projetos), tiveram pouca participação no processo de tomada de decisão da comunidade, devido à não participação nas reuniões, e demonstraram pouca evidência de empoderamento (Grist 1999, 20).

Em muitas famílias de colonos agrícolas, obter o direito sobre a terra por meio do assentamento em programa de colonização oficial, ajuda a assegurar a produção de subsistência centrada em torno da parcela de subsistência conhecida no Brasil como *roça*, um nome que é carregado com um forte significado cultural ligado ao controle autônomo sobre a terra para produção (Porro 2001, 305). Nesses sistemas, as florestas são vistas principalmente como biomassa que, uma vez derrubada, serve como base para as roças, uma espécie de “conta corrente” da qual se pode fazer saques com regularidade, enquanto a venda de lenha pode fornecer um subproduto útil de suas atividades de limpeza da área. Embora os colonos vejam a si próprios como os principais tomadores de decisão no manejo de suas florestas, o sistema de aprovação de cima para baixo (*top-down*) dos projetos de manejo florestal muitas vezes ignora completamente os aspectos sociais e ambientais do local (Porro 2001, 314).

Um número cada vez maior de populações rurais amazônicas está mudando seu local de residência para a cidade, pelo menos em parte, para ter acesso à educação e emprego (por exemplo, no processamento de castanha-do-brasil). Os PFNMs desempenham um papel essencial nas estratégias de subsistência dos habitantes periurbanos na Amazônia boliviana, cuja migração do meio rural para a área urbana pode ser considerada como uma resposta às mudanças na economia extrativista (Stoian 2005, 1474). Como no Brasil, é possível que homens chefes de família permanecem em áreas rurais, enquanto suas esposas e filhos migram para a cidade para continuar sua educação. Mais pesquisa é necessária para compreender os impactos da crescente estratégia “multilocal” de subsistência (Padoch *et al.* 2008).

5 O gênero nos programas de manejo florestal

Há pouco enfoque de gênero na extensa literatura sobre manejo florestal comunitário (MFC) na América Latina. O MFC tem sido o foco de muitas iniciativas na América Central e na América do Sul desde a década de 1990, ainda que o grau em que os projetos de manejo florestal comunitário têm levado a um maior controle local sobre as florestas varia amplamente devido às estruturas sociais e políticas locais, regionais e globais, assim como às desigualdades internas dentro das comunidades (Alcorn 2014; Stone 2003, 3). O projeto BOLFOR, o qual foi desenvolvido durante 15 anos na Bolívia (financiado pela USAID), apoiou o desenvolvimento de legislação e infraestrutura para o manejo florestal para exploração madeireira, e promoveu o manejo florestal comunitário em terras baixas durante as décadas de 1990 e 2000 (BOLFOR 2009). No Brasil, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), proporcionou um importante suporte para a experimentação com o manejo florestal comunitário na Amazônia a partir de 1992, e o governo brasileiro começou a investir no MFC e a promover a certificação de madeira em meados da década de 1990 (Stone 2003, 57; Souza e Mello 2005, n. 13). A Fundação Floresta Tropical com sede em Belém do Pará, Brasil, desenvolveu programas de capacitação para que os silvicultores pudessem fazer inventário tanto da madeira como dos PFNMs, levando em consideração os valores das comunidades locais para esses produtos (Shanley *et al.* 2008, n. 34). Enquanto em alguns estados do Brasil, como Acre, grandes investimentos foram feitos em apoio ao MFC, em outros estados, como por exemplo o Pará, as iniciativas do MFC foram mais autônomas, e muitas vezes careciam de planos de manejo formais (Souza e De Mello 2005, n. 14). Estudos recentes têm destacado o grande potencial de sustentabilidade de tais iniciativas florestais comunitárias “descobertos”, ao invés dos modelos

“desenhados,” concebidos e introduzidos por agentes externos, que vêm tendo menos êxito (De Jong *et al.* 2010; Alcorn 2014).

A maioria dos modelos de MFC focados na produção comercial envolvem o comanejo entre comunidades (que muitas vezes possuem normas informais de acesso às florestas) com a propriedade e o controle do Estado, introduzindo novas regras e leis formais; mas ambos os sistemas formais e informais podem discriminar as mulheres (Cronkleton *et al.* 2012; Vázquez 2013, n. 11). O MFC também incentiva as comunidades a interagirem com as novas demandas e dinâmicas do mercado, com as quais elas têm pouca experiência anterior, o que pode criar tensões com suas práticas e funções socioeconômicas tradicionais (Souza e Mello 2001; Schmink 2004). Os mercados de PFNMs podem ser reduzidos e imprevisíveis, e satisfazer suas exigências para a produção e qualidade uniformes pode ser difícil para as comunidades, especialmente para as mulheres (Schmink 2004; Shanley *et al.* 2008, 94). “Na medida que o valor de mercado das florestas tem aumentado, as mulheres têm sido marginalizadas nas decisões sobre manejo florestal”, apesar de desempenhar funções importantes no sistema agroflorestal e na restauração de florestas (Alcorn até 2014, n. 15). Entre as membras da MAMA entrevistadas em 2000, 66% das mulheres sabiam dos canais de comercialização e dos pontos de venda, mas apenas 19% delas relataram que estavam envolvidas nesses mercados, dos quais 40% o fizeram como membro de algum grupo (Guedes *et al.* 2001).

A relativa escassez de documentação sobre o enfoque de gênero dentro dos programas comerciais de manejo florestal sugere que os diretores e gestores de programas em geral, não consideram como as diferenças entre os gêneros no uso, no conhecimento e nos direitos sobre

os recursos florestais e nas responsabilidades para os meios de subsistência das famílias, podem ser contribuições importantes para o planejamento das atividades de manejo florestal. Mesmo quando se aborda gênero nas políticas, sua implementação raramente ultrapassa as tentativas de formar “grupos de mulheres” sem uma estratégia eficaz de gênero para envolver os usuários dos recursos da floresta. Na ausência de uma explícita atenção e recursos que abordem as diferenças entre gênero e o uso dos recursos, é provável que os programas façam suposições sobre papéis de gênero e do conhecimento, que levem a perda de oportunidades para apoiar e capacitar os gestores florestais, tanto homens e mulheres, nas comunidades rurais.²

A falta de atenção ao gênero no MFC é parte de um problema ainda maior com os esforços do MFC na Amazônia, cujo âmbito, com base na experiência das operações comerciais de grande escala e das florestas comunitárias centro-americanas, não é adequado para a maioria das comunidades locais da Amazônia (Pokorny e Johnson 2008; De Jong *et al.* 2010). Estudos de caso do MFC na Bolívia, Brasil, Equador e Perú mostraram que os atuais marcos jurídicos nacionais e de regulamentação e os projetos-piloto existentes conduzem a uma dependência de longo prazo nos especialistas externos, e ignoram a complementaridade dos sistemas de exploração madeireira com o sistema de subsistência mais amplo, bem como o valor que as comunidades, e em particular as mulheres, dão à proteção (sem exploração madeireira) das florestas. Para a maioria das comunidades amazônicas, o manejo florestal é uma parte integrante dos sistemas de produção diversificados, e em evolução, que geralmente são ignorados nos programas do MFC. A fim de se adaptarem a diversos sistemas de subsistência de pequenos produtores amazônicos, Pokorny e Johnson (2008) argumentam convincentemente que o MFC deve tomar as práticas locais existentes como um ponto de partida e enfatizam a educação e extensão. Sears *et al.* (2007, 697) documentam o desenvolvimento da indústria madeireira de pequena escala na várzea da Amazônia brasileira como um “excelente

exemplo de padrões locais de manejo de recursos e atividades econômicas transformados a partir de dentro”. De Jong *et al.* (2010) recomendam várias medidas para equilibrar conservação e desenvolvimento e as pressões sobre a floresta amazônica, incluindo: um melhor controle sobre o uso ilegal das florestas; uma governança mais eficiente que inclui mecanismos para facilitar a participação do público; uma reforma agrária que normalize tanto os direitos individuais como os coletivos; e uma melhoria nos vínculos das populações pobres da Amazônia, com conhecimento, tecnologia e mercados, de apoio à utilização sustentável das florestas. O apoio às iniciativas “autogeridas” com uma maior participação dos atores interessados é chave para incorporar diferentes perspectivas e interesses da comunidade, e, assim, aumentar o potencial de sustentabilidade do manejo florestal (Alcorn 2014, n. 7).

5.1. O manejo comunitário da madeira

As reformas da política para a floresta amazônica têm focado mais na extração de madeira em escala comercial, do que no manejo em pequena escala de produtos madeireiros e não madeireiros em sistemas de usos múltiplos (Schmink 2004; Sears *et al.* 2007; Pokorny e Johnson 2008). Além disso, muitos pequenos agricultores amazônicos operam de maneira informal (Alcorn 2014). Um estudo de caso conduzido entre colonos na Rodovia Transamazônica revelou que a participação no manejo florestal era definida e praticada de diferentes formas pelos diversos atores florestais em empresas florestais autogeridas (Porro 2001, 301). Outro estudo de caso, realizado em Goianésia, verificou que os pequenos agricultores vendiam madeira através de acordos informais negociados principalmente através de intermediários (Souza e Mello 2005, n. 21).

Estudos realizados na Amazônia brasileira mostram que muitos membros das comunidades - não somente o reduzido número de homens “manejadores” da exploração madeireira comunitária diretamente envolvidos nas operações florestais - participam de diversas formas em projetos de manejo da exploração madeireira, muitas vezes encontrando formas inovadoras e inesperadas para influenciar esses projetos (Stone 2003, 4, 10). As famílias e indivíduos que têm

² Para um exemplo da falta de operacionalidade das políticas de gênero no Nicaragua, consulte Mairena *et al.* (2012) http://www.cifor.org/publications/pdf_files/WPapers/WP95Larson.pdf.

melhor acesso aos recursos, além de posições de destaque na associação local, provavelmente participam mais do que outros (Stone 2003, 12, 171, 263). Em geral, os homens chefes de família são os principais participantes e beneficiários dos projetos de manejo florestal, e são considerados os “manejadores” diretos nos projetos, mesmo quando carecem de experiência prévia na derrubada de árvores (a pedra 2003, 132, 263). A derrubada de árvores proporciona empregos masculinos que são muitas vezes perigosos e realizam-se isoladamente. Os benefícios diretos do MFC na Bolívia, tais como os salários, geralmente fluem mais para os homens do que para as mulheres, que se queixam de não saberem sequer o quanto os homens recebem, embora elas sejam gratas por eles não terem que migrar em busca de emprego (Cronkleton e Bolaños 2005, 208). Em algumas comunidades, as mulheres são mais críticas do que os homens a respeito dos projetos de manejo florestal (Montysuma e Cruz 2008, n. 234). No entanto, as mulheres também podem participar em diversas atividades de apoio, tais como cozinhar para os homens e fornecer-lhes as ferramentas e materiais - tarefas que são realizadas perto da casa, que é visto como o espaço das mulheres (Stone 2003, 274). Mas, em geral, as mulheres raramente participam nas associações de manejo florestal madeireiro comunitário; as decisões de vendas de madeira são tomadas pelos homens, e as mulheres têm pouca participação no manejo, o que resulta em um acesso restrito ao conhecimento e benefícios (Stone 2003; Vázquez 2013, n. 14). O estudo de Shanley *et al.* (2011, 239) revelou que “atualmente, nas comunidades rurais de toda a Amazônia, o processo de tomada de decisão sobre o manejo florestal madeireiro, e o uso da terra, continua sendo de domínio dos homens”.

Apesar dos numerosos e significativos investimentos realizados em projetos de manejo florestal madeireiro de comunidades na região amazônica, se conhece muito pouco sobre o impacto de tais diversos programas por gênero em termos de trabalho e emprego, acesso a benefícios e participação na tomada de decisão. Se requer mais investigação sobre os diferentes tipos de comanejo público, privado e comunitário; acerca do seu funcionamento em diversos contextos sociais e ambientais; e sobre as formas em que as mudanças nas políticas e nas implementações das intervenções do projeto têm modificado os padrões tradicionais de uso e acesso aos recursos para homens e mulheres. Os

pequenos produtores e produtores comunitários madeireiros, especialmente as mulheres, poderiam se beneficiar de políticas adaptadas a seus variados estágios de desenvolvimento organizacional e seus diferentes tipos de interação com compradores, intermediários e outros agentes do mercado (Souza e Mello 2005, 23). Mais pesquisas são necessárias para determinar se os projetos têm abordado gênero, e como eles têm feito, e em que medida esses têm introduzido novos viés de gênero ou promovido com sucesso um acesso mais equitativo à informação, benefícios e participação. Sob diferentes arranjos institucionais, de mercado, de políticas fundiárias e de tributação, como o manejo florestal madeireiro afeta de maneira diferenciada a participação dos homens e das mulheres e seus meios de subsistência nas comunidades florestais da mazônia?

5.2. Manejo de produtos florestais não madeireiros (PFNM)

A divisão do trabalho por gênero comumente associa os homens com a madeira e as mulheres com as atividades de usos múltiplos, de pequena escala, locais e informais. O conhecimento dos homens e das mulheres também difere de acordo com as áreas de especialização: um estudo de 1.515 homens e mulheres no estado do Pará, na Amazônia brasileira, verificou que as mulheres podiam identificar/citar o dobro do número de PFNMs em comparação com os homens (Shanley *et al.* 2011, 239), e em outro estudo, realizado na Amazônia boliviana, os homens mencionaram o dobro de espécies madeireiras em comparação com as mulheres (Vázquez 2013, n. 16). Havia maior probabilidade dos homens na Amazônia brasileira citarem produtos madeireiros entre os produtos florestais importantes, enquanto que as mulheres incluíram uma grande variedade de espécies utilizadas para a alimentação, nutrição, medicina e outros usos culturais (Shanley 2011, 239). Essa organização do conhecimento em domínios de gênero complementares, mas distintos, proporciona às comunidades rurais um valioso recurso de adaptação coletiva.

Na década de 1990, surgiu no Brasil um ambiente favorável para novas iniciativas de apoio a grupos de mulheres para a formação de microemprendimentos coletivos para trabalhar com recursos florestais (Mello 2014). Sindicatos de trabalhadores rurais, organizações não

governamentais e organizações ligadas à Igreja Católica investiram na capacitação de mulheres para a produção e empreendimento e, em 2000, a Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais do estado do Pará, junto com algumas ONGs, organizou um encontro de mulheres de 70 microempreendimentos que trabalhavam com recursos florestais (artesanato e mel de abelha) em sete estados da Amazônia (Mello *et al.* 2013). Durante a reunião, as mulheres identificaram o desmatamento, a pouca valorização das atividades das mulheres, a falta de recursos financeiros, a baixa de preços dos produtos e a baixa capacidade técnica de produção, como os fatores críticos que dificultavam a melhoria dos seus micro-empresendimentos. Esse encontro levou à criação da Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), que, na segunda reunião, realizada em 2003, foi ampliado para incluir 150 microempreendimentos coletivos de mulheres rurais de nove estados (Mello 2014). As organizações de mulheres rurais, como essa citada, puderam influenciar novas políticas nacionais focadas no emprego de mulheres rurais e seus direitos, e captar recursos, graças à atenção da comunidade internacional para o desenvolvimento de empresas florestais de propriedade de grupos de mulheres, baseada no manejo florestal e sistemas agroflorestais (Mello 2014).

Em 2003 e 2008 foram realizados levantamentos com as mulheres da RMERA envolvidas nesses 150 microempreendimentos coletivos operando em nove estados da Amazônia, a maioria atuando no processamento de PFNMs (Mello *et al.* 2013). As entrevistas mostraram que a participação das mulheres em microempreendimentos coletivos tinham como principal motivação o desejo de alcançar a autonomia financeira e obter uma renda adicional para a unidade familiar através da utilização de produtos florestais; a maioria (88 %) utilizava os PFNMs para a produção de artesanato, produtos medicinais, cosméticos, geléias, doces e polpa de frutas (Mello *et al.* 2013). Apenas 15% dos microempreendimentos coletivos tinham recebido suporte técnico do governo ou do setor privado; 80% deles haviam iniciado com recursos financeiros oriundo das próprias mulheres, e 85% das mulheres haviam recebido capacitação e/ou assistência técnica de organizações não governamentais. Uma das características mais marcantes dos microempreendimentos coletivos das mulheres era seu caráter de empreendedorismo social, que combina atividades

econômicas com objetivos e atividades sociais, políticas e ambientais. Devido ao caráter coletivo dos microempreendimentos, esses constituíram grupos de apoio para ajudar a elevar a autoconfiança das mulheres e sua capacidade de exigir maior acesso aos recursos familiares e comunitários, e aos espaços de tomada de decisão. As mulheres líderes ativistas envolvidas nos microempreendimentos coletivos da RMERA relatam estarem experimentando um significativo empoderamento econômico através de mudanças materiais, como por exemplo o aumento de renda e maior poder na tomada de decisão, bem como mudanças cognitivas, perceptivas e relacionais, relacionadas com o impacto multifacetado dos microempreendimentos econômicos e das oportunidades de capacitação dos microempreendimentos coletivos (Mello 2014).

De um modo geral, existe pouca informação publicada disponível sobre o acesso das mulheres (principalmente das minorias) aos recursos financeiros e outras formas de ajuda para as microempresas, mas a evidência disponível sugere que o acesso ao crédito, assistência técnica e outros insumos é limitado. Por exemplo, o programa de crédito do FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) do Brasil nunca considerou créditos para hortas familiares, cultivo de alimentos ou criação de pequenos animais, todas atividades econômicas importantes que são de responsabilidade principal das mulheres, tanto nas zonas rurais como nas áreas urbanas da Amazônia (Murrieta e Winklerprins 2003; 2006, 10; Amaral 2008, 62). A falta de crédito se explica em parte pela observação de que promover cadeias de valor para as mulheres pode ser arriscado porque os mercados para os produtos são frequentemente controlados pelos homens quando a demanda econômica aumenta; os mercados introduzem novos tipos de normas/valores de gênero que podem ser desconhecidos ou desconfortáveis para as mulheres, tais como a maneira de acessar as burocracias e os serviços públicos, bem como novos nichos de mercado (Bose e Van Dijk 2013, n. 6).

A literatura sobre PFNMs demonstra sua importância para as mulheres e suas famílias, e a forte participação das mulheres no manejo dos PFNMs, mesmo quando elas não se beneficiam com a ajuda estatal concedida aos homens nos projetos madeireiros, a qual inclui assistência

técnica e crédito. Devido à sua combinação de objetivos econômicos, sociais e políticos, as iniciativas das mulheres muitas vezes requerem estratégias mais amplas de apoio que levem em conta a diversificação dos meios de vida da família, o fortalecimento da organização social e política, e liderança, bem como o planejamento e as práticas ambientais das empresas familiares. É necessário mais investigação sobre as muitas experiências que estão em andamento para apoiar o manejo dos PFNMs pelas mulheres - muitas vezes promovido pelos grupos de base ou organizações não governamentais - para identificar as formas mais eficazes de apoiar as organizações e empresas de mulheres, e entender como essas experiências afetam as florestas e os meios de subsistência, bem como o empoderamento das mulheres.

5.3 Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais (Brasil)

A crescente mobilização das mulheres não tem sido acompanhada com a devida atenção ao gênero pelos principais programas de florestas na Amazônia, como o projeto-piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG7). Um estudo de caso sobre gênero no programa PPG7 revelou uma “grande falta de dados” (2006, 25) desagregados por gênero para mostrar padrões de participação e empoderamento. Os questionários aplicados e entrevistas realizadas com os administradores sobre o tratamento das “relações de gênero” no subprogramas e projetos do PPG7, revelou a existência de uma grande lacuna na capacitação técnica das mulheres, especialmente na produção e no manejo dos recursos. “Em geral, o gênero não é um assunto de reflexão e não tem atividades específicas” (2006, 9, 20). Muitos administradores não tinham ideia de como abordar o tema para além das estratégias de ação afirmativa como cotas. Muitos componentes do programa-piloto não tinham nenhuma iniciativa de gênero, porém todos os líderes do programa puderam citar pelo menos um caso em que as relações de gênero eram importantes para os objetivos do projeto de manejo florestal - como o manejo de plantas medicinais das mulheres, e os papéis e conhecimentos tradicionais das mulheres indígenas. Mesmo assim, muitos sistemas agroflorestais foram implementados no PDA (subprograma projetos de demonstração)

sem consultas com as mulheres (2006, n. 9). Esses resultados sugerem que o programa PPG7 perdeu várias oportunidades de apoiar os esforços tanto de mulheres como de homens que vivem em comunidades rurais da região Amazônica de implementar melhores programas de manejo de recursos florestais, e entender como esses esforços de apoiar desagregados por gênero poderia afetar os resultados dos programas de manejo florestal.

Apenas a terça parte da dezena de programas que compõem o programa-piloto informou ter alguma atividade com enfoque de gênero: aqueles que apoiavam diretamente os projetos demonstrativos com as comunidades para o manejo e comercialização dos recursos (Negócios Sustentáveis; ProManejo; Proteger; ProVárzea). Em geral, os diretores dos programas desenvolviam essas atividades em resposta às demandas de organizações locais de mulheres (2006, 25). Somente os programas Proteger (focado no manejo de fogo) e ProVárzea (focado no manejo das terras inundadas) coletaram dados desagregados por gênero para permitir a análise dos resultados por gênero (2006, 25). Os dados mostraram que as atividades do ProVárzea contribuíram para um aumento de 32% no número de mulheres que ocupavam cargos de direção nas associações comunitárias que elas apoiavam (Ruffino *et al.* 2011, 331). O Proteger teve êxito em parte através do sistema de cotas: o programa capacitou os trabalhadores extensionistas locais, sendo 56 mulheres e 84 homens, e a participação feminina na capacitação local cresceu de 31% para 49 %, graças à utilização de estratégias simples, tais como a adaptação do conteúdo (por exemplo, inclusão de temas relacionados com a água, plantas medicinais e hortas familiares), a mudança do horário de capacitação para adequá-lo tanto aos horários das mulheres como dos homens, e a desagregação por idade e gênero dos dados coletados sobre a participação nas atividades de campo (Favilla 2006, 25). O programa Proteger também incluiu discussões de gênero em reuniões anuais, regionais e locais, incluindo as avaliações da eficácia das estratégias de gênero e comunicação através de 300 estações de rádio comunitárias e com o Movimento de Mulheres da Amazônia (Favilla 2006, 29). Além disso, o Proteger produziu um manual sobre *Como Trabalhar com Mulheres*, coletou dados desagregados sistematicamente, e integrou a

transversalidade de gênero em todos os programas (Favilla 2006, 32).

Enquanto as equipes técnicas eram relativamente equilibradas em termos de gênero, havia menos mulheres no nível de coordenação, com exceção dos projetos “de mulheres”, onde essas eram a maioria (Favilla 2006, 20, 28). Os projetos “de mulheres” (produção de alimentos; plantas medicinais; artesanato) tendiam a ser liderados por grupos de mulheres e incorporavam reflexões sobre papéis e relações de gênero; algumas organizações fortalecidas pelo ProVarzea, tinham se beneficiado de sua participação no sólido movimento de mulheres em Santarém (Favilla 2006, 27).

ProVarzea capacitou 810 mulheres e incorporou a atenção ao gênero e um programa de microcrédito (2006, 10 e 26). Os projetos de capacitação e de geração de renda foram as principais formas de participação das mulheres, muitas vezes o primeiro passo para empoderá-las a participar na vida política local e a ocupar cargos políticos locais ou representar a comunidade nos conselhos locais (Favilla 2006, 27). Em contraste com a atenção do projeto para mulheres como indivíduos, o estudo encontrou pouco apoio dos projetos demonstrativos para organizações de mulheres. No entanto, alguns projetos demonstrativos resultaram na criação de organizações de mulheres e outros projetos, como os dos produtores de palmito e mel em Rondônia, que aumentaram a renda familiar, nutrição e saúde da família (Favilla 2006, 13, 28). De um modo geral, acredita-se que a resistência cultural por parte das famílias das mulheres manteve baixa a participação dessas nos programas demonstrativos, embora a falta de atenção ao gênero no desenho operacional dos programas pode ter contribuído para isso (Favilla 2006, 28, 31). Concluiu-se que os projetos exclusivos para as mulheres eram necessários para o fortalecimento das organizações de mulheres.

5.4. BOLFOR (Bolívia)

Em paralelo ao programa-piloto do Brasil, BOLFOR, um importante programa de manejo florestal do governo boliviano, foi financiado nas terras baixas do dito país pela USAID por um período de 15 anos, a partir de 1994 (BOLFOR 2009). A estratégia inicial focou dramaticamente no aumento do apoio aos homens treinados no programa de capacitação técnica do BOLFOR,

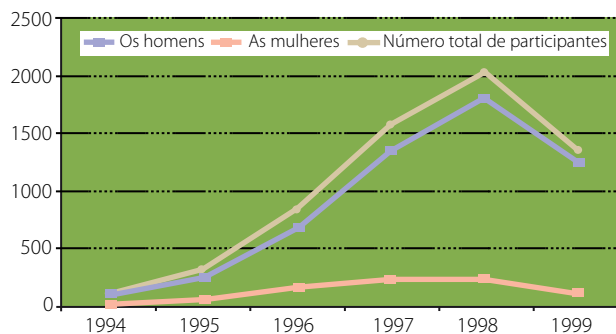


Figura 6. Os participantes do treinamento do BOLFOR, de acordo com o gênero.

Fonte: BOLFOR (2009, n. 22).

que contou com pouca participação das mulheres, como pode ser visto na figura 6 (BOLFOR 2009, 23).

Depois de apoiar o estabelecimento da legislação nacional e infraestrutura para promover o manejo florestal comercial sustentável, a partir do ano 2000, o BOLFOR II concentrou-se no apoio ao manejo florestal em nível comunitário; a USAID exigiu a inclusão de uma estratégia de gênero que incluiu avaliação de necessidades, capacitação em análise de gênero, produção de manuais de análise de gênero e de monitoramento dos impactos por gênero. Os estudos desse período fornecem informações valiosas sobre como a aplicação dessas mudanças em um programa importante de MFC poderia ampliar a participação dos moradores da comunidade, criando capacidades locais para o automanejo coletivo - embora não existiam dados comparáveis sobre a participação de homens e mulheres disponíveis para o período posterior (Cronkleton 2005, 264).

Inicialmente, houve resistência por parte de alguns diretores de programas e pessoal do BOLFOR para abordar o tema de gênero, que era visto como uma inadequada imposição externa, mas a equipe de gênero do projeto observou que BOLFOR já estava mudando os padrões de trabalho familiar e o acesso ao conhecimento e à renda, sem um conhecimento adequado das repercussões que teriam essas mudanças nos diferentes grupos sociais na comunidade (Cronkleton 2005, 264). A princípio, o projeto realizou capacitações de gênero com a equipe técnica do BOLFOR, mas isso foi visto como uma sobrecarga de trabalho, então a estratégia foi modificada para integrar

gênero no trabalho técnico. Um guia prático foi criado, que sugeriu diversas formas de promover a participação das mulheres na assistência técnica: explicitamente convidando mulheres a participarem; realizando capacitações na própria comunidade, em horários convenientes para as mulheres; e fazendo acompanhamento das participantes (BOLFOR 2009, 41). O BOLFOR também identificou e promoveu o debate sobre o conteúdo e a linguagem dos estatutos das organizações comunitárias que tinham contribuído para a exclusão das mulheres, tais como o requisito de que todos os membros da organização deveriam realizar atividades técnicas florestais; às vezes, as mulheres não podiam ser membros devido à falta de documentos de identidade (BOLFOR 2009, 56, 78).

Redefinir o argumento sobre uma ampla participação, ao invés do tema de “gênero”, mudou o foco para o questionamento das suposições sobre manejo florestal e a dinâmica da comunidade, especificamente centrado no desmatamento e, eventualmente, levou à ideia de que para que os projetos de MFC tivessem viabilidade a longo prazo, seria necessário não só a capacitação técnica dos madeireiros homens, mas também as capacidades técnicas e organizacionais de toda a comunidade para apoiar as empresas. “Uma vez que os madeireiros perceberam que a política de gênero não aumentaria sua carga de trabalho (apenas alteraria algumas práticas) e viram que o enfoque de gênero ofereceria conceitos úteis que poderiam melhorar sua compreensão da dinâmica das comunidades e aumentar as possibilidades de sucesso do projeto a longo prazo, foram convencidos” (Cronkleton 2005, 265). Os técnicos começaram a convidar as mulheres para participarem das reuniões, incentivar sua participação ativa e validar suas contribuições, utilizando formatos de grupos menores e tradutores quando necessário (Cronkleton 2005, 266). Depois de 2004, a estratégia do BOLFOR II concentrou-se em um número menor de comunidades (15), ampliou os grupos de pessoas envolvidas nas capacitações, e ampliou as capacitações para concentrar mais no fortalecimento das capacidades organizativas e administrativas, que tinham potencial para atrair mais mulheres (BOLFOR 2009, 26).

A distribuição dos benefícios do MFC entre as comunidades bolivianas baseia-se na propriedade

coletiva dos recursos florestais; a legislação florestal pressupõe igualdade de direitos para homens e mulheres, ainda que o texto da lei não apresenta isso de maneira explícita (BOLFOR 2009, 33). Como nem todos os membros da comunidade são membros da organização florestal comunitária, pode haver níveis complexos de tomada de decisão (especialmente nas comunidades indígenas) em relação aos recursos florestais, ao projeto de manejo madeireiro, à comunidade como um todo, e aos interesses interindígenas mais amplos. As mulheres de uma comunidade indígena na Bolívia que trabalharam com o BOLFOR contaram a um pesquisador que estavam interessadas em participar do projeto do MFC, principalmente como fornecedoras de alimentos para os trabalhadores, mas que elas tinham dificuldade de equilibrar mesmo essas atividades tradicionais com o tempo necessário para executar o trabalho de casa e frequentar as reuniões. Algumas frequentaram as reuniões, apesar da desaprovação dos seus maridos, mas em outros casos nem mesmo as esposas dos líderes do projeto participavam porque seus maridos as desencorajavam (Bolaños e Schmink 2005, 288, 291). O programa BOLFOR falhou por não considerar os impactos das novas atividades de exploração madeireira nos ciclos agrícolas da comunidade, e as mulheres queixaram-se de que o abandono por parte dos homens das suas tarefas agrícolas com propósito de se dedicar ao trabalho florestal, as obrigou a realizar mais trabalhos agrícolas, portanto, limitando sua disponibilidade de tempo para participarem do projeto florestal (Bolaños e Schmink 2005, 293; Cronkleton 2005, 261).

Com o tempo, o BOLFOR relatou que o projeto aumentou gradativamente a participação das mulheres nas atividades do projeto, através do aumento do apoio aos grupos de base; capacitação com base comunitária; convites explícitos tanto para os homens como para as mulheres; e a documentação e acompanhamento sistemático da participação das mulheres (BOLFOR 2009, 26). As mulheres estavam especialmente interessadas em capacitação em habilidades de organização, política, administração e comercialização; a participação das mulheres em atividades administrativas contribuiu para o sucesso de algumas organizações florestais, fornecendo evidências de suas contribuições potenciais aos programas de manejo florestal na Amazônia (BOLFOR 2009, 101). Em resumo, a experiência

do BOLFOR confirma que as diferenças nos papéis de gênero e interesses, assim como os vínculos entre o uso das florestas e de outras atividades subsistência, são elementos importantes que se tornam visíveis somente quando um projeto de MFC adota uma visão mais ampla do manejo comunitário florestal, que inclui abordar as dinâmica das crenças culturais, diferenças de poder e as limitações e oportunidades ligadas à divisão do trabalho por gênero, criando oportunidades para a participação não tradicional enquanto, simultaneamente valorizando os papéis tradicionais de apoio (Bolaños e Schmink 2005, 293).

As experiências dos principais programas de manejo florestal comunitário, como o BOLFOR e o programa-piloto, que no início foram implementados sem levar em conta o gênero, demonstram o potencial de mudanças relativamente pequenas à estratégia do projeto para aumentar a participação, contribuição e benefícios do MFC tanto para as mulheres como para os homens, permitindo que projetos desse tipo abordem uma gama mais ampla de interesses em meios de subsistência e alcancem mais pessoas (Van Holt *et al.* 2010, 799). Sem uma atenção explícita para o gênero, tais projetos perdem importantes oportunidades para aumentar a eficácia e o impacto sobre os direitos aos recursos, a divisão do trabalho e o empoderamento das mulheres e dos homens – ao invés de aumentar a carga de trabalho das mulheres, como no exemplo anterior do BOLFOR. Pesquisas futuras são necessárias para aprender, a partir dos programas de manejo florestal na Amazônia, sobre que estratégias são mais eficazes para abordar os interesses e limitações de diferentes grupos sociais no manejo florestal sob diferentes condições socioculturais, econômicas, políticas e ambientais.

5.5. MERGE (Manejo de ecossistemas e recursos com enfoque de gênero)

O programa MERGE (sigla em inglês para manejo de ecossistemas e recursos com enfoque no gênero) foi uma rede colaborativa de organizações na década de 1990 que seguiu uma estratégia de aprendizagem mútua focando no gênero, participação comunitária e manejo de recursos naturais no Peru, Equador e Brasil, com um forte enfoque na Amazônia (Schmink *et*

al. 2002). O pequeno projeto MERGE reuniu fundos provenientes de vários doadores para dar suporte às três universidades³ e sete ONGs da Equador, Peru, Brasil e Estados Unidos que trabalharam em conjunto para criar uma aliança de parceria, respeitando e aprendendo a lidar com a diversidade. Apesar dos interesses e objetivos comuns, cada organização definiu seus próprios objetivos e atividades e controlou seus fundos próprios. O programa MERGE adotou a abordagem de “formação mútua” para enfatizar a importância dos diferentes tipos de intercâmbio de conhecimento e de aprendizagem social baseada na comparação de locais específicos, juntamente com uma abordagem mais abrangente, trabalhando através de parcerias, para criar um processo de aprendizagem para a mudança institucional.

O primeiro passo foi a capacitação em abordagens participativas para o trabalho com as comunidades locais. Evitou-se usar o “gênero” como um ponto de entrada inicial a favor do enfoque de trabalho com as comunidades locais heterogêneas, para incorporar o enfoque de gênero e outras preocupações nas estratégias de manejo dos recursos naturais. A estratégia e o marco conceitual do MERGE (Schmink 1999), que foram desenvolvidos e adaptados ao longo de vários anos e em vários lugares, utilizaram a análise de gênero como um ponto de partida para abordar a diversidade dos esforços de conservação baseada na comunidade mediante a adoção de uma abordagem colaborativa para a aprendizagem e o desenvolvimento de metodologias participativas de projetos de conservação em diversas condições. O marco conceitual proporcionava um guia útil com um conjunto de perguntas para a incorporação de gênero, a participação da comunidade e o manejo dos recursos naturais, analisando o contexto histórico, os diferentes grupos de interesse dentro e fora das comunidades rurais, o desenho do projeto e das instituições, e a implementação e manejo dos recursos naturais.

3 A Universidade da Flórida coordenou a rede de alianças do MERGE. Os relatórios da MERGE, incluindo o marco conceitual, quatro estudos de caso publicados e um livro sobre a experiência do programa podem ser revistos em <http://www.tcd.ufl.edu/research/merge/merge-case-studies>. O programa MERGE foi apoiado por cinco financiamentos interligadas de várias instituições incluindo John D. e Catherine T. MacArthur Foundation e a USAID/Brasil, entre outras fontes.

O programa MERGE produziu dois estudos de casos específicos da Amazônia, com enfoque exitoso na incorporação do enfoque de gênero no manejo comunitário dos recursos naturais (Oliveira e Anderson 1999; Paula *et al.* 2003). Os casos proporcionaram informações sobre o criativo e complexo processo para adaptar os projetos para melhor abordar as questões de gênero nas diversas dimensões, muitas vezes usando estratégias simples (por exemplo: equipes de campo mistas; entrevistas e questionários separados; mapeamento de uso diferenciado dos recursos por gênero; e capacitações e reuniões separadas para as mulheres, em horários e lugares convenientes) que evoluíram para melhorar a participação das mulheres e dos homens. Em duas comunidades de reservas extrativistas no estado brasileiro de Rondônia, uma diversificada equipe de facilitadores reforçou a participação das mulheres na criação de planos de desenvolvimento comunitário, trabalhando tanto com os homens (incentivando-os a apoiar a participação das mulheres), como com as mulheres (muitas vezes usavam o espaço da cozinha, que para os pesquisadores foi um surpreendente “espaço para a participação” das mulheres) (Paula *et al.* 2003). No estado brasileiro do Amazonas, uma ONG local usou uma simples entrevista desagregada por gênero e um mapeamento participativo do enorme Parque Nacional Jaú, para a incorporação em seu planejamento de um conhecimento complexo das diferenças entre os gêneros nas atividades de produção e consumo (Oliveira e Anderson 1999).

O enfoque do MERGE também promoveu mudança institucional em longo prazo entre, pelo menos, seis das doze organizações participantes, incluindo organizações indígenas da Amazônia Equatoriana, ONGs nacionais e locais no Brasil e no Peru, e uma organização doadora: o Programa Ambiental da USAID/Brasil (Arroyo, Poats 2002; Arroyo *et al.* 2002, N. 54). Os fatores chave apontados por sua importância para apoiar a mudança institucional incluíram as ações de pessoas chave, a estimulação intelectual fornecida pelo marco conceitual, a capacitação contínua, para multiplicar o impacto das capacitações, e um investimento significativo de tempo e recursos na criação e manutenção de redes entre parceiros. O acompanhamento posterior não foi realizado, mas em 2002, ou seja, oito anos após o início do programa MERGE, a maioria das organizações parceiras haviam continuado ou ampliado seu

trabalho com gênero e a participação comunitária, e algumas tinham institucionalizado a questão de gênero em seus planos de trabalho, missões institucionais ou na filosofia de trabalho; muitas das pessoas que participaram do MERGE haviam sido transferidas para novos empregos, onde elas trabalhavam para integrar a abordagem de gênero em outras organizações.

Entre as principais lições aprendidas do programa MERGE, e relevantes para a presente revisão de literatura, estão as seguintes:

- **Complexidade conceitual:** questões de gênero são integradas em questões de conservação e desenvolvimento de formas complexas e por meio de diferentes escalas. A incorporação da perspectiva de gênero em nível de políticas exige a capacidade de analisar o contexto e escalas diferentes. Para o MERGE, um marco conceitual evolutivo (Schmink 1999) foi desenvolvido para estimular a discussão e reflexão crítica sobre essas questões.
- **A estratégia de ação integral:** o programa MERGE seguiu uma estratégia de atividades ligadas a vários níveis, incluindo capacitação, criação de parcerias e de aprendizagem mútua, aplicação em nível local, e pesquisa aplicada. Cada atividade foi desenhada tendo em mente vários objetivos de reforço, e implementadas de modo que reuniam pessoas de diferentes países e organizações num processo de aprendizagem conjunta.
- **Aprendizagem mútua:** o enfoque MERGE de aprendizagem era centrada no reforço mútuo de mudanças em nível pessoal, metodológico e institucional.

Embora tenham passado mais de duas décadas desde que o financiamento do programa MERGE foi concluído em 1994, esse continua a inspirar as pessoas e organizações na região amazônica, como é o caso de um programa de saúde próximo de Santarém, Brasil (<http://www.amazonpromise.org/index.php/newsletter/finish/5-newsletters/45-amazon-promise-fall-2012-newsletter>, p.14). Apesar de tudo isso, os avanços conceituais e metodológicos do programa MERGE não têm sido adotados pelos principais programas de MFC, em parte porque os resultados das atividades do projeto só foram publicados mais tarde, on-line (<http://www.tcd.ufl.edu/research/merge/merge-case-studies>), e devido aos custos e complexidades que envolvem as abordagens participativas desse tipo.

6 Participação das mulheres nos movimentos sociais

Devido à grande tradição dos homens representando suas famílias na esfera pública, muitas vezes o homem chefe de família é o único membro da família que o representa em associações comunitárias da Amazônia, e quando a mulher participa das assembleias comunitárias, muitas vezes permanece em silêncio (Stone 2003, 276). Na prática, isso elimina as mulheres de muitas áreas e instituições em que se tomam as decisões-chave sobre o futuro de suas florestas, famílias e comunidade. Os estudos sobre a participação das mulheres no governo tendem a ignorar os níveis territoriais e de comunidade, tanto na Amazônia, como em outros lugares (Bose e van Dijk 2013, 4). Os estudos existentes (como os que tratam sobre a participação das mulheres no movimento social de seringueiros) indicam que há uma predominância de homens nas principais associações e cooperativas de reservas extrativistas, juntamente com as pequenas organizações de mulheres (Favilla 2006, 23).

Este padrão histórico parece estar mudando, a partir de evidências dispersas de histórias de sucesso de mulheres amazônicas que têm se organizado e alcançado um maior protagonismo e influência, muitas vezes com o apoio de organizações não governamentais (Alcorn 2014, n. 12). Um dos resultados mais surpreendentes desta revisão de literatura é a evidência sólida da gradual mobilização coletiva das mulheres entre todos os grupos sociais, que têm aumentado sua confiança e habilidade para empoderar-se e para lutar pelos seus direitos aos recursos e ao poder em diversas áreas, como forma de garantir meios de subsistência sustentáveis para suas famílias e comunidades. As mulheres representam metade da população amazônica, e dado que o seu conhecimento, trabalho e compromisso são essenciais para garantir um futuro sustentável, seus esforços para fortalecer sua voz e sua organização na administração dos

recursos da floresta amazônica merecem maior atenção e apoio de pesquisa.

6.1. As organizações indígenas

No Equador, as organizações indígenas começaram a formar-se entre os grupos amazônicos Quichua, Shuar e Achuar na década de 1960, o que levou à criação, em 1980, do CONFENIAE (Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana), uma organização interindígena que tem enfatizado a unidade em suas lutas por direitos indígenas, tomando em consideração dentro desse contexto, os problemas das mulheres, mas que não têm uma agenda específica sobre gênero, porque questões de gênero são vistas como uma imposição externa e causa de divisão (London 2008, 12, 31). A primeira organização nacional indígena de mulheres do Equador, o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas do Equador (CONMIE), foi criada em 1998, por iniciativa de um grupo de mulheres ativistas que pretendiam unir os esforços das secretarias de mulheres de cinco organizações indígenas de ambos os sexos, pois estavam preocupados com o monopólio do poder pelos homens (Avilés 2008, n. 13). Um estudo de caso de Avilés (2008, 56) descreve a evolução da participação das mulheres huaorani para o desenvolvimento de sua luta indígena, primeiro como parte da ONHAE (Organização dos Huaorani da Amazônia Equatoriana), criada em 1990. Mais tarde, em 2005, criou-se a AMWAE (Associação de Mulheres Waorani da Amazônia Equatoriana) - ligada, ainda que de maneira independente, à ONHAE - com o apoio financeiro de ONGs externas e companhias petrolíferas (que pagaram às mulheres chefes de AMWAE honorários menores do que os líderes masculinos da ONHAE recebiam). A crescente

mobilização das mulheres foi motivada em parte pela percepção de que a adoção de novas formas de organização baseadas em modelos externos estava menosprezando a tradicional igualdade de gêneros e a complementaridade huaorani, marginalizando as mulheres da liderança e da tomada de decisão sobre questões-chave das comunidades. Mas, paradoxalmente, a criação da AMWAE deu às mulheres mais voz e visibilidade, porém em grande medida restringiu sua participação em questões relacionadas exclusivamente às mulheres, tais como o artesanato e os viveiros, e transformou a ONHAE em uma organização exclusivamente para os homens, devido à escassez de mulheres líderes (Avilés 2008, n. 70). A AMWAE ampliou as redes de mulheres, promoveu a eleição de uma mulher para a liderança nacional da CONFENIAE, além de criar competências para a negociação e participação em espaços públicos, e apoiar os projetos a curto prazo para a geração de renda (Avilés 2008, 73).

O Programa Mulheres Indígenas da Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP) publicou um relatório revelando a evolução das relações de gênero dentro dessa importante organização que representa 1.300 comunidades indígenas agrupadas em 57 federações e seis organizações regionais (AIDSESP 2006, n. 8). Desde 1998, as mulheres têm conseguido promover mudanças internas nos estatutos da organização e obter representação nos comitês chaves de tomada de decisão, a fim de aumentar a participação das mulheres na AIDSESP e o reconhecimento dentro de suas organizações comunitárias, e têm superado paulatinamente um certo grau de resistência da parte dos homens e o medo que um enfoque centrado nas necessidades das mulheres poderia enfraquecer a unidade do movimento (AIDSESP 2006, 25). As organizações de apoio externo, incluindo a GTZ e organizações não governamentais, financiaram mais de 300 oficinas regionais nas comunidades para conseguir o apoio dos homens, e capacitar uma equipe de líderes em cada região, com ênfase na importância da complementaridade da participação tanto de homens como de mulheres (AIDSESP 2006, 29). Muitas mulheres líderes da AIDSESP começaram sua militância em grupos constituídos por programas de assistência social do governo, como os clubes de mães e cozinhas comunitárias, e pouco a pouco elas foram aumentando sua confiança e superando sua relutância em falar em

público (AIDSESP 2006, n. 19). Em 2002, os líderes da AIDSESP aprovaram por unanimidade a criação do Programa Mulheres, e em seus estatutos cotas para as mulheres foram gradualmente implementadas.

Um estudo de caso no Brasil focou no surgimento do movimento de mulheres indígenas, com o apoio da Agência Norueguesa para a Cooperação e Desenvolvimento (NORAD) e organizações não governamentais (Sacchi 2003). O Departamento de Mulheres Indígenas (DMIAB) da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) foi criado em 2002 com os representantes de nove estados amazônicos do Brasil durante o primeiro encontro de mulheres indígenas da Amazônia brasileira, realizado em Manaus, com a participação de 70 mulheres líderes de 20 organizações e 30 povos indígenas (Sacchi 2003, 98). Os objetivos da DMIAB/COIAB eram promover a participação das mulheres indígenas em diversas áreas, garantir os direitos das mulheres, e contribuir para o avanço do movimento indígena. Os níveis de participação das mulheres variavam de acordo com as características da organização, da trajetória de vida pessoal de cada mulher, da resistência da família e líderes masculinos, da distância para as reuniões e outros fatores; mulheres urbanas, que tinham um maior nível de escolaridade e falavam várias línguas, foram as mais ativas (Sacchi 2003, 99, 101). O Segundo Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, realizado em Manaus, em 2003, focou em questões de gênero mais específicas, como a luta contra a violência doméstica, estupro e prostituição, bem como na promoção de uma maior participação política das mulheres através do apoio dos homens líderes e por meio de capacitações e recursos financeiros para projetos destinados às mulheres (Sacchi 2003, 100).

Os estudos acima mencionados do Equador, Peru e Brasil demonstram a evolução das organizações de mulheres indígenas desde a década de 1980, especialmente como parte do surgimento dos movimentos indígenas na Amazônia. Pesquisas complementares são necessárias para compreender os impactos de uma maior inclusão das mulheres nas organizações indígenas, incluindo os impactos sobre a gestão dos territórios indígenas e a participação ativa das mulheres na tomada de decisão em todos os níveis das organizações indígenas.

6.2. Os sindicatos e federações de trabalhadores rurais e organizações extrativistas florestais

As mulheres não indígenas amazônicas têm passado por um processo de organização paralela desde a década de 1980, parte de um processo mais amplo de crescimento da participação das mulheres nas organizações dos movimentos sociais rurais (Deere 2003). O estudo realizado em 2008 por Amaral, sobre a participação das mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais (STR) no estado do Pará, Brasil, revela um aumento da participação das mulheres como membras e como dirigentes eleitas nessas importantes organizações populares nos últimos 30 anos: apenas 3% dos membros do STR eram as mulheres na década de 1970, aumentando para 7% na década de 1980, para 14% na década de 1990, e para 33% em 2005, após o qual as organizações nacionais e regionais adotaram cotas de representação feminina de 30% em todos os níveis dos sindicatos (Amaral 2008, n. 70). Em 2006, as mulheres constituíam a maioria dos membros do sindicato no estado (Amaral 2008, 95). Assim como em outras partes do Brasil (Deere 2003, 263), as mulheres líderes amazônicas relataram uma constante resistência por parte dos membros de sua família e dos líderes masculinos à sua crescente atuação sindical (“o sindicato não é lugar para uma mulher!”), assim como a dificuldade em equilibrar as demandas do trabalho sindical com suas obrigações familiares (Amaral 2008, 82, 108). Por exemplo, em Nova Timboteua, uma cidade no Estado do Pará, mais de 100 mulheres ocuparam a sede do STTR durante uma semana, em 1990, para reivindicar o direito de participarem e tornarem-se membras filiadas da organização (Mello *et al.* 2013). De forma semelhante à preocupação manifestada inicialmente entre as organizações indígenas (Avilés 2008, 12, 31), as questões de gênero eram frequentemente consideradas causa de divisão, pelos movimentos sociais não indígenas (Deere 2003: 274). As organizações locais de mulheres multiplicaram-se na década de 1990, e as mulheres tornaram-se importantes participantes em vários municípios do estado como parte do nascente movimento do “novo sindicalismo” no Brasil. A primeira presidente de um STTR no Estado do Pará foi eleita em 1985, e a primeira mulher eleita para o cargo em nível estadual foi em 1993, embora os postos ocupados pelas mulheres tendem a ser posições de liderança de

menor importância hierárquica (apenas 23% das presidências), e às vezes as mulheres líderes são consideradas como “estranha” e uma “ameaça” para os líderes masculinos (Amaral 2008, 21, 77, 97, 122). Sua participação em eventos nacionais também aumentou: na primeira marcha nacional organizada para articular as demandas das mulheres, 150 mulheres do Estado do Pará participaram; em 2003, na segunda marcha, o número de participantes aumentou para 1.000 (Amaral 2008, 117).

Nos estados Amazônicos mais remotos como Acre, a participação das mulheres também tem aumentado nas organizações populares que representam comunidades extrativistas florestais, como as dos seringueiros. De forma semelhante ao movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) em outras partes do Brasil, as mulheres do Acre participaram ativamente na fase inicial do movimento social de seringueiros (décadas de 1970 e 1980), na primeira linha do “*empate*” (as manifestações de resistência pacífica para impedir a derrubada das florestas), apesar de suas poucas chances de exercer outros tipos de liderança na comunidade (Campbell *et al.* 1996, 27; Deere 2003, 273; Montysuma e Cruz 2008, 224). As funções mais típicas das mulheres rurais nos sindicatos, na Igreja e nos grupos de mulheres foram as seguintes: aumentar o número de membros; assumir papéis tradicionais de trabalho doméstico (isso é, cozinhar para os homens nas reuniões e empates); e como conciliadoras em situações de conflito como nos empates (Campbell *et al.* 1996, 33). Os sindicatos eram vistos como espaços masculinos - 90% dos primeiros 455 membros da STTR de Xapuri eram homens (com algumas viúvas e mulheres chefes de família) e poucas mulheres participavam nas reuniões sindicais, em parte porque seus maridos não as permitiam, uma situação que uma mulher descreveu como “prisioneiras em suas próprias casas” (Campbell 1996, 34, 57; Shanley *et al.* 2011, 236). Nos primeiros anos do movimento, a maioria dos homens tinha atitude machista que as mulheres eram incapazes de contribuir para o movimento ou liderá-lo (Campbell 1996, n. 36). As mulheres ganharam suas primeiras experiências no campo, como líderes das comunidades eclesiais de base (CEB) promovida pela Igreja Católica durante o período da ditadura no Brasil, e até as décadas de 1970 e 1980, “novas ideias impactantes” provenientes

do movimento de mulheres da América Latina urbana começaram a influenciar as comunidades de seringueiros (Campbell 1996, n. 42). “O caminho que vai desde a cozinha até o sindicato e o pódio do orador em uma reunião da assembleia, era assustador e difícil para as mulheres que tinham uma autoestima muito baixa, maridos ou sogras que eram contra sua participação e uma comunidade que não valorizava sua voz e suas opiniões” (Campbell 1996, n. 53).

Novas gerações de mulheres começaram a filiar-se ao STTR no início da década de 1990, mas suas oportunidades se mantiveram limitadas porque não podiam dar-se ao luxo de pagar as taxas sindicais (Campbell 1996, 48). Houve apenas três mulheres entre os 222 membros da cooperativa local, CAEX (Campbell 1996, 51). Um projeto descentralizado de descascamento e secagem das castanhas ofereceu para as mulheres e homens mais jovens um acesso mais autônomo à geração de renda, mas teve curta duração (Campbell 1996, 48; Hecht 2007). Até à década de 1990, as mulheres líderes não indígenas amazônicas começaram a viajar para eventos em nível nacional/regional, como ECO-92, que lhes proporcionaram novas oportunidades para fortalecer suas capacidades de liderança; com o passar do tempo, conseguiram posições de liderança em instituições em nível nacional, como descreve Shanley *et al.* (2011). Em 1985, se estabeleceu o Conselho Nacional de Populações Extrativistas do Brasil (CNS; anterior Conselho Nacional de Seringueiros) para promover a criação de reservas extrativistas florestais administradas pelas comunidades na Amazônia. Com o tempo, o CNS alcançou uma influência significativa representando os interesses das famílias extrativistas nas arenas políticas. As mulheres fizeram grandes avanços na representação de seus problemas e na ocupação de posições de liderança em nível nacional e pan-amazônico do CNS. Em 1995, o CNS criou uma Secretaria das Mulheres Extrativistas.

A representação feminina nas organizações populares amazônicas cresceu na década de 1980 com a “abertura” da democracia brasileira e o surgimento de movimentos sociais (incluindo um movimento nacional das mulheres) e das

organizações não governamentais, tais como o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA) e das Quebradeiras de Coco Babaçu (Shanley *et al.* 2011, 236). As mulheres catadoras de babaçu - coletoras e quebradeiras de cocos dessa pequena palmeira usada para obter suas sementes oleaginosas - organizaram com êxito sua própria associação na década de 1990, exerceram pressão política para o estabelecimento de leis a favor do “babaçu livre” em nível local e federal, e lideraram a organização de mulheres extrativistas amazônicas (Porro *et al.* 2012). A coleta e venda do babaçu (utilizado para a fabricação de óleos comestíveis, margarinas, sabões e cosméticos) juntou-se por séculos com a agricultura familiar em uma região do estado do Maranhão, onde historicamente os movimentos sociais têm lutado pela autonomia dos patrões e chefes, e contra os pecuaristas que buscavam ocupar suas terras tradicionais (Porro 2003). Ao longo dos séculos, a coleta de babaçu (realizada principalmente por mulheres e crianças) juntou-se com a agricultura migratória (uma empresa familiar) nessa região do Maranhão. Unidas por suas histórias de perda de identidade étnica e migração, essas diversas populações campestres compartilham uma luta comum por autonomia (“trabalho livre”) em vez do “cativoiro” que representa a subordinação a um patrão ou proprietário (Porro *et al.* 2012, 128). No final da década de 1970, a Igreja Católica apoiou a mobilização popular que surgiu em resposta à apropriação de terras de uso tradicional, realizada por pecuaristas apoiados por políticas governamentais. As Quebradeiras de Coco Babaçu lançaram oficialmente seu movimento social em 1991, em São Luís, a capital do estado, em uma assembleia geral que contou com 240 mulheres, e se registraram juridicamente como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); em 1995, organizaram a primeira grande manifestação de mulheres na Amazônia, contando com centenas de mulheres em quatro estados (Shanley *et al.* 2011, 237). Para essas mulheres, manter o acesso ao babaçu em áreas de uso comum constituiu o núcleo de sua luta política, e, por conseguinte, propuseram leis de “babaçu livre”, tanto em nível local como em nível federal (Porro *et al.* 2012, 139).

O sucesso das quebradeiras alavancou o poder de sua líder, dona Raimunda, que virou diretora e fundadora da recém-criada (em 1995) Secretaria

das Mulheres Extrativistas do CNS, que tinha como objetivo fortalecer as comunidades extrativas por meio do empoderamento das mulheres, e mudar as políticas públicas e as opiniões pessoais, a fim de atender as necessidades das mulheres, como educação e saúde (Shanley *et al.* 2011, 237). A secretaria começou como algo pequeno, simplesmente proporcionando às mulheres um lugar para se encontrar e conversar, mas até 1998 o CNS tinha destinado 30% dos postos do seu conselho diretivo para as mulheres, e apoiava o recrutamento delas para cargos administrativos em todos os níveis da organização. A secretaria dedicou-se com êxito a temas como a cidadania (documento de identidade), saúde da família e plantas medicinais, incluindo a participação na criação de uma política nacional de saúde rural em 2005 (Shanley 2011, 237). Um programa do CNS criado em 2004 centrou-se em como aproveitar o conhecimento das mulheres sobre os produtos florestais para aumentar a renda, e conservar as árvores úteis; de 1996 a 2011, 430 oficinas do CNS em comunidades extrativistas alcançaram um estimado 31.100 homens e mulheres (Shanley *et al.* 2011, 238). A Secretaria de Mulheres Extrativista do CNS também aproveitou com sucesso os fundos do governo e foi reconhecida com vários prêmios para os direitos humanos⁴ (Shanley *et al.* 2011, 241). Graças ao seu trabalho no desenvolvimento de capacitação de liderança entre as mulheres, a secretaria tem aumentado o número de mulheres membras do CNS (atualmente 40%) e a participação em reuniões no CNS; mulheres ainda estão relutantes em falar, e, de acordo com os relatórios de 2011, nenhuma mulher tinha sido eleita presidente de uma reserva extrativista (Shanley *et al.* 2011, 240).

Esses estudos documentam o importante crescimento e evolução de várias organizações e movimentos sociais populares de mulheres não indígenas na região amazônica do Brasil desde as décadas de 1970 e 1980, mas principalmente desde os anos 1990 e 2000. A notável trajetória de

mobilização das mulheres dentro dessas diversas estruturas, iniciadas em nível local, vai criando segurança e confiança para a sua participação como líderes em espaços públicos mais abrangentes, ainda que não tenha sido analisada de forma sistemática. Por outro lado, é necessário pesquisa para entender e comparar as experiências dos movimentos populares de mulheres em outros países amazônicos além do Brasil.

6.3. As organizações a favor da justiça de gênero

Justiça de gênero, de acordo com a definição de Cunningham e Bluhm (2013), está relacionada às florestas através da preocupação com o acesso e controle equitativo dos recursos florestais, a capacidade de tomar decisões sobre o uso das florestas e a política florestal, e a responsabilidade institucional para facilitar o acesso das mulheres aos recursos e à tomada de decisão sobre as florestas. Mais de duas dezenas de organizações que apoiam as questões relacionadas à justiça de gênero, direitos da mulher, propriedade coletiva da terra e manejo dos recursos naturais na Amazônia foram identificadas por Cunningham e Bluhm (2013), com alguns acréscimos feitos pelos autores com base na revisão da literatura (Tabela 1). Esta lista não é exaustiva nem representativa; existem muitas outras organizações de mulheres locais e regionais. Por exemplo, Sacchi (2003) listou 34 organizações e seções especiais dedicadas às mulheres dentro das organizações locais e regionais de mulheres indígenas no Brasil que se formaram nas décadas de 1980 e 1990.

A evidência sugere que as preocupações com as florestas, posse da terra e meios de subsistência ocupam um lugar de destaque nas agendas das organizações. Um estudo realizado em 2013 pela Aliança Internacional para o Acesso à Terra na Nicarágua, sobre 48 organizações de justiça de gênero na América Latina, incluindo aquelas fora da Amazônia, revelou que as principais abordagens dessas organizações incluem: “manejo e acesso aos recursos naturais e florestais” (35/48 organizações) e “a defesa, promoção e/ou o exercício dos direitos individuais e coletivos” (30/48); seguido por outras linhas de trabalho relacionadas com o desenvolvimento comunitário, ocupação de terras, redes e alianças, mudanças climáticas,

4 Esses incluem a adjudicação do Serviço Internacional para os Direitos Humanos (ISHR, por sua sigla em inglês) para os Direitos da Mulher, aceito por Fátima Cristina da Silva em Londres, Reino Unido; o Prêmio Chico Mendes pela defesa dos direitos humanos, por seu trabalho sobre as questões de saúde e do meio ambiente, aceito pela Célia Regina das Neves no Acre, em 2009; e o prêmio Action Aid pelo seu vídeo sobre cuidados de saúde.

Tabela 1. Organizações centradas em questões de justiça gênero, direitos da mulher, direitos coletivos à terra e manejo dos recursos naturais da região amazônica.

AIDSESP Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana
Aliança de Mulheres Rurais
Associação de AMWAE Waorani Mulheres da Amazônia Equatoriana
CADEMCA Centro de Apoio para o Desenvolvimento das Mulheres Camponesas
ATENDIMENTO Central Ashaninka do Rio Ene
CEDLA Centro de Estudos para o Desenvolvimento Trabalhista e Agrário
Chirapaq Centro de Culturas Indígenas do Peru
CIDOB Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia
CIMI Conselho Missionário Indígena
CNAMIB Confederação Nacional das Mulheres Indígenas na Bolívia
COICA Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
CONAIE - Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador
CONFENIAE Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana
CONMIE Conselho Nacional de Mulheres Indígenas do Equador
ECMIA Liga Continental de Mulheres Indígenas das Américas
Fundação TIERRA
IPAHE Instituto para o Homem, Agricultura e Ecologia
ONHAE Organização da Nacionalidade Huaorani da Amazônia do Equador
ONAMIAP Organização Nacional das Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Perú
MMCC Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (Pará, Brasil)
RMERA Rede de Mulheres Rurais Empresárias da Amazônia (Brasil)

Fonte: adaptado de Cunningham e Bluhm (2013), com adição de uma pesquisa informal realizada pelas autores.

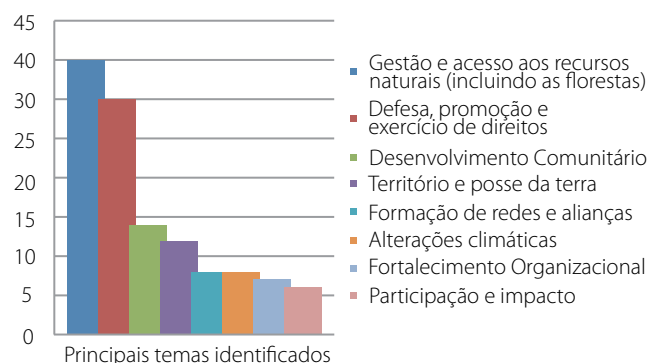


Figura 7. Principais temas identificados no trabalho de organizações que apoiam as mulheres.

Fonte: Cunningham e Bluhm (2013, n. 5).

fortalecimento organizacional e participação (figura 7). Acesso à terra e governança territorial constituem 60% do foco das publicações nos sites da web dessas 48 organizações, muitas vezes com ênfase em direitos coletivos, que pareciam ter prioridade sobre a consideração dos direitos individuais e, especificamente, dos direitos de gênero; no que diz respeito a outros temas-chaves (desenvolvimento comunitário, posse da terra e mudanças climáticas), o tema de gênero foi relativamente invisível embora talvez já encontrasse implícito (Cunningham e Bluhm 2013, 11).

As organizações sociais representativas e ONGs têm proporcionado um suporte essencial para os esforços de organização das mulheres, que muitas vezes estão intrinsecamente ligados às preocupações das mulheres com respeito ao manejo sustentável dos recursos para a subsistência de suas famílias e comunidades. As percepções, atividades e estratégias dessas organizações em termos de justiça de gênero, que são ativos importantes para a transformação socioambiental em nível de base, merecem maior atenção no futuro.

7 Prioridades de pesquisas futuras

Os resultados desta revisão de literatura revelam uma falta de pesquisas sistemáticas recentes sobre as diversas formas das relações de gênero entre as populações florestais da região Amazônica, apesar da importância deste tema para o manejo florestal, segurança alimentar da comunidade, meios de vida, e da capacidade dos povos amazônicos para responder às pressões externas e às mudanças climáticas. Desde a década de 1970, as evidências da literatura existente sugerem que as relações de gênero vêm sendo alteradas, como parte das maiores transformações socioeconômicas e ecológicas que estão em curso em toda a Amazônia. À medida que as mulheres conseguem uma maior visibilidade para suas atividades produtivas, interesses e capacidades, elas desenvolvem formas de contribuir com maior eficácia para a subsistência de suas famílias e comunidades, e para o manejo sustentável de suas florestas. No processo, elas têm contribuído para o seu próprio empoderamento, garantindo um maior acesso aos recursos críticos, e seus níveis elevados de autoconfiança têm ajudado a negociar seus interesses em diferentes áreas. Há, no entanto, pouca pesquisa sistemática disponível que documente essas importantes mudanças e suas implicações sobre as formas de apoiar e manter os esforços de manejo florestal.

Esta falta de pesquisa documentada é particularmente preocupante dada a falta de atenção ao gênero em diversas iniciativas de manejo florestal comunitário promovidas a partir do exterior, que sofrem de uma tendência para adotar programas com enfoque de cima para baixo (*top-down*) e orientados para a tecnologia, focados exclusivamente em madeira e direcionados para os madeireiros - os homens - deixando de lado os muitos outros componentes dos sistemas de subsistência amazônicos, incluindo atividades como os sistemas agroflorestais e a utilização de PFNMs, que são especialmente importantes para as

mulheres. Levando em conta as novas necessidades de reagir às mudanças climáticas, à expansão do mercado mundial e aos conflitos persistentes sobre a terra e as florestas, tanto as mulheres como os homens de comunidades amazônicas se beneficiariam de maior ações de pesquisa e de políticas orientadas para o desenvolvimento de programas florestais com comunidades e pequenos proprietários rurais, especificamente projetados para aproveitar os conhecimentos locais e proporcionar um acesso mais equitativo aos recursos. O enfoque das mulheres, muitas vezes mais integral e orientado para o bem-estar e para as gerações futuras, é um complemento indispensável para a ênfase na produtividade e nos lucros individuais impulsionados pelo mercado.

Os principais programas florestais, como o PPG7 no Brasil, carecem de investimentos em capacitações específicas sobre análise de gênero, e planejamento de ações sensíveis ao gênero para as organizações e parceiros locais, doadores e mulheres (Favilla 2006, 28), assim como projetos específicos para fortalecer as organizações de mulheres e empoderá-las em todos os programas (Favilla 2006, 44), e para garantir a sustentabilidade após o final do ciclo do projeto. O desafio está em abrir os principais projetos para a participação das mulheres e adaptar os recursos para responder às suas necessidades e às atividades desenvolvidas por elas, bem como as dos homens, abordando toda a gama de empresas florestais familiares. Estudos sobre o PPG7 demonstraram que, quando as mulheres estão envolvidas na elaboração e implementação dos projetos, estes incorporam mais diversidade cultural a fim de incluir um enfoque sobre os alimentos, nutrição e plantas medicinais, e a informação se estende para além do acesso aos homens (Favilla 2006, 29). Os estudos sobre o PPG7 mostram que é possível melhorar a atenção ao gênero com estratégias simples, como

o intercâmbio entre grupos que têm uma maior participação feminina, e vídeos e dinâmicas sobre gênero em reuniões e eventos (Favilla 2006, 29).

Os programas REDD+ fornecem uma nova maneira de aumentar a atenção ao gênero em programas de manejo florestal na Amazônia, sempre e quando estes se baseiam nas lições aprendidas com a história das intervenções florestais comunitárias (Alcorn 2014). Essas lições incluem a necessidade de evitar as abordagens tecnológicas de cima para baixo (*top-down*) em favor dos sistemas de manejo desenvolvidos e orientados em nível local que incorporam os interesses e as decisões dos vários grupos que compõem a comunidade, “cultivando uma ciência cívica plural sobre florestas comunitárias” como um meio de incorporar os conhecimentos locais e facilitar uma maior participação e empoderamento das mulheres e outros grupos marginalizados (Alcorn 2014, 32).

As mulheres têm demonstrado sua capacidade de superar as principais barreiras culturais e logísticas para encontrar maneiras de aumentar sua participação na produção familiar, e nas principais decisões sobre o uso de recursos familiares, e para organizar e agir em favor de seus próprios interesses e os de suas famílias e comunidades em vários níveis dos movimentos comunitários e sociais que estão sendo organizados em toda a região amazônica. Tal organização e capacitação comunitária foram produzidas graças ao apoio de ONGs locais e organizações religiosas, e têm levado a mudanças significativas em alguns das mais importantes e representativas organizações sociais da região, tais como o CNS (no Brasil) e AIDSESP (Perú). Esses casos são exemplos de estratégias para fortalecer os grupos, organizações e redes de mulheres através da ação coletiva e do apoio entre homólogos e os esforços das mulheres para se tornarem líderes capazes de lutar em defesa dos seus direitos e interesses relacionados com o acesso à terra e aos recursos econômicos e tecnológicos, incluindo obtenção de crédito para suas empresas e poder de decisão sobre as suas florestas. O trabalho produtivo das mulheres em atividades relacionadas com a floresta representa uma grande promessa para ajudar a garantir a subsistência e a utilização dos recursos florestais na Amazônia de forma sustentável, fornecendo conhecimentos e práticas-chave para lidar com mudanças e desafios complexos no futuro.

As perguntas prioritárias de investigação surgidas nesta revisão estão listadas abaixo:

Direitos de propriedade, territórios e comunidades florestais da Amazônia:

- Como e por que as ideologias patriarcais e as práticas reais (a saber: a invisibilidade das mulheres como produtores florestais, e os homens como os únicos representantes da família e da comunidade) persistem e/ou mudam em vários países e comunidades da Amazônia?
- Como abordar o gênero em diferentes tipos de regimes de propriedade, na política e na prática, em diferentes países da Amazônia? Quais são as implicações para os direitos dos homens e das mulheres sobre os territórios florestais?
- Em que condições as mulheres e os homens têm acesso autônomo à terra e aos recursos familiares e comunitários em diferentes e complexos regimes comunitários e de comanejo (coletivo/familiar; formal/informal)?
- Em que condições as mulheres e os homens têm acesso a recursos e apoio produtivos, especialmente para PFNM (assistência técnica, crédito e mercados) e a recursos do REDD+?

As diversas e dinâmicas relações de gênero na Amazônia:

- Como estão mudando as formas de vida e a divisão do trabalho por gênero nas diversas comunidades indígenas amazônicas, bem como assentamentos extrativistas, de colonização, da várzea, ribeirinhas e urbanas?
- Como interagem as mudanças de leis e normas internacionais, nacionais e locais para configurar os direitos das mulheres e dos homens?
- Quais são os impactos da crescente estratégia de subsistência “multilocais” e periurbanas, migração e remessas, sobre as florestas, os meios de subsistência e as relações de gênero?
- Quais são os impactos de programas governamentais de transferência de capital nas florestas e comunidades florestais e nas relações de gênero?
- Como as novas gerações estão mudando as comunidades amazônicas em termo das relações de gênero, e orientação sobre a floresta e direitos sobre recursos?

Programas de gênero e manejo florestal:

- De que maneira as mudanças no acesso e no uso de recursos, devido a reformas políticas (i.e. nova legislação florestal, posse da floresta) e as mudanças no mercado, interagem com relações de gênero habituais ou tradicionais e têm um impacto sobre os homens e as mulheres?
- De que maneira os padrões organizacionais e as instituições introduzidas através de iniciativas de desenvolvimento florestal diferem dos padrões endógenos preexistentes das relações de gênero?
- De que maneira as iniciativas de desenvolvimento florestais têm apoiado o acesso e uma distribuição de benefícios mais equitativa ou têm introduzido novos padrões de exclusão e marginalização por gênero?
- Como podem os programas integrar de maneira eficaz o apoio ao uso de produtos madeireiros e não madeireiros em estratégias mistas orientadas tanto para os objetivos sociais como econômicos?
- Em que condições as estratégias de grupos mistos e grupos separados por gênero são adequadas?
- Quais são os impactos destas estratégias sobre os resultados do manejo florestal e do empoderamento?

Participação das mulheres nos movimentos sociais:

- Como as organizações e empreendimentos coletivos das mulheres no âmbito das organizações de base e de outros tipos de organização têm evoluído? Como isso varia de um país para outro e, ao longo do tempo?
- Que fatores catalisam uma maior participação das mulheres nas mobilizações populares e

nos movimentos sociais, e processos mais igualitários? E, ao contrário, que fatores impedem uma maior participação e poder das mulheres nos movimentos sociais?

- Como varia a participação das mulheres no processo de tomada de decisão entre os diferentes tipos de comunidades, associações e programas, e que estratégias têm sido mais eficazes para dar mais voz e voto às mulheres?
- Que tipos de organizações apoiam os direitos de gêneros e florestais entre grupos sociais amazônicos, e que tipos de estratégias e enfoques têm sido mais eficazes para a promoção da equidade de gênero?
- Qual é o impacto do empoderamento das mulheres sobre a floresta Amazônica e o bem-estar da comunidade?

Os estudos existentes (1970-2010) têm estabelecido que as mulheres e os homens amazônicos têm diferentes áreas de conhecimentos e práticas sobre o manejo florestal e os produtos florestais, e que ambos são fundamentais para os sistemas complexos de subsistência que evoluem ao longo do tempo em cada zona historicamente distinta da região, assim como para a segurança alimentar, para a proteção dos direitos sobre os recursos e para a sustentabilidade das comunidades florestais. O desafio que se coloca para o futuro é fornecer as informações básicas e o material de apoio necessários para reforçar as estratégias que apoiam a capacidade de ambos homens e mulheres de participar ativamente nos debates sobre a unidade familiar, comunidade e a sociedade como um todo, e contribuir para o manejo da floresta Amazônica para um futuro sustentável.

8

Referências bibliográficas

- [AIDSESEP] *Asociacion Interetnica de Desarrollo de la Selva Peruana*. 2006. *La Mujer Amazonica fortaleciendo el futuro*. AIDSESEP. Lima, Peru.
- Alcorn JB. 2014. *Lessons learned from community forestry in Latin America and their relevance for REDD+*. Washington, DC: USAID-supported Forest Carbon, Markets and Communities (FCMC) Program.
- Almeida AW. 2011. *Traditionally occupied lands in Brazil*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas.
- Amaral WR da Silva 2008. *Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil*. [dissertação de Mestrado]. Brazil: Federal University of Pará.
- Araujo C, Bonjean CA, Combes JL, Combes Motel P e Reis EJ. 2009. Property rights and deforestation in the Brazilian Amazon. *Ecological Economics* 68(8):2461–8.
- Arroyo P e Poats S. 2002. *Making visible the invisible. The process of institutionalizing gender in Ecuador: The case studies of the Arcoiris Foundation, ECOCIENCIA and the Quichuan Institute of Biotechnology*. University of Florida: MERGE <http://www.tcd.ufl.edu/research/merge/merge-case-studies>
- Arroyo P, Poats S, Russo S e Schmink M. 2002. Institutionalizing learning around gender, participation and natural resource management. *Em: Schmink M, Paulson S e Bastidas E, eds. Learning to MERGE*. Tropical Conservation and Development Program. University of Florida. <http://www.tcd.ufl.edu/research/merge/merge-case-studies> 54–84
- Athayde S. 2010. *Weaving power: Displacement, territory and indigenous knowledge systems across three Kaiabi groups in the Brazilian Amazon*. [tese de doutorado]. FL, USA: University of Florida.
- Aviles M. 2008. *Narratives of resistance: An ethnographic view of the emergence of the Huaorani women's association in the Ecuadorian Amazon*. [dissertação de Mestrado]. FL, USA: University of Florida.
- BOLFOR Project. 2009. *Legados. Santa Cruz, Bolivia: BOLFOR II Project*.
- Bose B e van Dijk H. 2013. *Workshop report: Gender and access to forests and small farms in Latin America*. Cali, Colombia: CIAT.
- Brondizio ES. 2011. Forest resources, family networks and the municipal disconnect: Examining recurrent underdevelopment in the Amazon estuary. *Em: Pinedo-Vazquez M, Ruffino ML, Padoch C e Brondizio ES, eds. The Amazon Varzea*. London e New York: Springer. 207–29
- Campbell C e Xapuri Women's Group. 1996. Out on the front lines but still struggling for voice. *Em: Rocheleau D, Thomas-Slayter B e Wangari E, eds. Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences*. London e New York: Routledge. 27–61
- Chavez A, Guariguata M, Cronkleton P, Menton M, Capella JL, Araujo JP e Quaedvlieg J. 2012. *Superposición espacial en la zonificación de bosques en Madre de Dios: Implicaciones para la sostenibilidad del recurso castaño*. CIFOR Info Brief. No. 58. CIFOR, Indonesia.
- Colfer C e Minarchek RD. 2012. *Women, men and forest research: A review of approaches, resources and methods for addressing gender*. Occasional Paper 80. Bogor, Indonesia: CIFOR.
- Cronkleton P. 2005. Gender, participation and the strengthening of indigenous forest management in Bolivia. *Em: Colfer CJP, ed. The Equitable Forest: Diversity, Community and Natural Resources*. Washington, DC: Resources for the Future/CIFOR. 256–73
- Cronkleton P e Bolanos O. 2005. Case 1 Bolivia. *Em: Colfer CJP, ed. The Complex Forest: Communities, Uncertainty, and Adaptive*

- Collaborative Management*. Washington DC, USA: Resources for the Future. 202–11
- Cronkleton P, Keating RE e Evans K. 2007. Helping village stakeholders monitor forest benefits in Bolivia. *Em: Guijt I, ed. Negotiated Learning: Collaborative Monitoring in Resource Management*. Washington DC: Resources for the Future.
- Cronkleton P e Pacheco P. 2010. Changing policy trends in the emergence of Bolivia's Brazil nut sector. *Em: Laird SA, McLain R e Wynberg RP, eds. Wild Product Governance: Finding Policies that Work for Non-Timber Forest Products*. London: Earthscan. 15–41
- Cronkleton P, Pulhin JM e Saigal S. 2012. Co-management in community forestry: How the partial devolution of management rights creates challenges for forest communities. *Conservation & Society* 10(2):91.
- Cronkleton P, Taylor PL, Barry D, Stone-Jovicich S e Schmink M. 2008. *Environmental governance and the emergence of forest-based social movements*. CIFOR Occasional Paper No. 49. Bogor, Indonesia: CIFOR.
- Cunha EM. 2006. *Mutirão e trabalhadores rurais de Igarapé-Miri: Açaí como alternativa econômica no contexto de gênero*. Belém, Brazil: Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Paper No. 206.
- Cunningham ME e Bluhm J. 2013. *Documento de discusión: Justicia de género, derechos de la mujer, tenencia colectiva y manejo de recursos naturales*. Nicaragua: NITLAPAN. pp. 28.
- De Paula D, Weigand R e Rodrigues V. 1999. *Strengthening the Participation of Women in Development Plans of Extractive Reserves and Women's Health in Rondônia, Brazil*. University of Florida: MERGE <http://www.tcd.ufl.edu/research/merge/merge-case-studies>
- Deere CD. 2003. Women's land rights and rural social movements in the Brazilian agrarian reform. *Journal of Agrarian Change* 3 (1&2):257–88.
- Deere CD, Alvarado GE e Twyman J. 2012. Gender inequality in asset ownership in Latin America: Female owners vs. household heads. *Development and Change* 43(2):505–30.
- Deere CD, Lastarria Coernhiel S e Ranaboldo C. 2011. *Tierra de mujeres: Reflexiones sobre el Acceso de las Mujeres Rurales a la tierra en América Latina*. La Paz: Coalición Internacional para el Acceso a la Tierra.
- Deere CD e León M. 2001. Who owns the land? Gender and land-titling programmes in Latin America. *Journal of Agrarian Change* 1(3):440–67.
- De Jong W, Borner J, Pacheco P, Pokorny B e Sabogal C. 2010. Amazon forests at the crossroads: pressures, responses, and challenges. *Em: Mery G, Katila P, Galloway G, Alfaro RI, Kanninen M, Lobovikov M e Varjo J, eds. Forests and Society – Responding to Global Drivers of Change*. IUFRO World Series 25:283–98.
- Duchelle A. 2009. *Conservation and livelihood development in Brazil nut-producing communities in a tri-national Amazonian frontier*. [tese de doutorado]. FL, USA: University of Florida.
- Favilla K e Nicola S. 2006. *Fazendo Gênero na Amazônia: Opções pela Inclusão e Igualdade*. Brasília: Secretariat for Amazon Coordination, Ministry of the Environment, Brazil.
- Gregor TA e Tuzin D. 2001. *Gender in Amazonia and Melanesia: An Exploration of the Comparative Method*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Grist N. 1999. *The role of women in colonist settlements in Eastern Amazonia*. East Anglia: University of East Anglia, Overseas Development Group Research Working Paper.
- Guedes MEF, Costa MG e Mourão P. 2001. Mulheres e trabalho na Amazônia Paraense: Elementos para a construção do Movimento Articulado das Mulheres da Amazonia (MAMA). *Em: Álvares MLM e Maneschy MCA, Gênero e trabalho: Dimensões amazônicas*. Belém: Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Livro de Resumos do Projeto MEGAM, Anais III. 223–226
- [IFAD] International Fund for Agricultural Development. 2008. *Gender and non-timber forest products: Promoting food security and economic empowerment*. Rome: IFAD.
- Kabeer N. 1999. Resources, agency, achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment. *Development and Change* 30:435–64. doi: 10.1111/1467-7660.00125
- Kainer K e Duryea M. 1992. Tapping women's knowledge: Plant resource use in extractive

- reserves, Acre, Brazil. *Economic Botany* 46(4):408–25.
- Larson AM, Barry D e Dahal GR, eds. 2010. *Forests for People: Community Rights and Forest Tenure Reform*. London e Washington DC: Earthscan.
- Lazarin KM. 2002. Reseña de “Mulheres da Floresta Amazônica entre o trabalho e a cultura” de Lígia TC Simonian. *Revista Estudos Feministas* 10(1):248–50.
- Llanque A, Guzmán A, Maceda A e Nagumo K. 2012. *Tenencia Territorial y de Bosques con Perspectiva de Género en América Latina. Hoja de Ruta Temática Conceptual Instituto Para el Hombre, la Agricultura y Ecología*. IPHAE. Primera Edición. Riberalta Bolivia.
- Lozada S e Martin G. 2007. Ruptura generacional en las comunidades nativas Awajun Shushug, Nayumpim y Wawas durante las ultimas tres decadas: A proposito de ciertas practicas culturales vinculadas al uso de los recursos del medio. *Em: SEPIA Genero y Gestion de Recursos Naturales: Resumes de investigaciones, experiencias y lecciones aprendidas*. SEPIA (Seminario Permanente de Investigacion Agraria). Lima, Peru.
- McCallum C. 2001. *Gender and Sociality in Amazonia: How Real People are Made*. Oxford e New York: Berg.
- Mai YH, Mwangi E e Wan M. 2011. Gender analysis in forestry research: Looking back and thinking ahead. *International Forestry Review* 13(2):245–58.
- Mairena E, Lorio G, Hernández X, Wilson C, Müller P e Larson AM. 2012. *Gender and forests in Nicaragua's indigenous territories: From national policy to local practice*. CIFOR: Bogor, Indonesia: Working Paper 95. http://www.cifor.org/publications/pdf_files/WPapers/WP95Larson.pdf
- Masika R. 2002. Editorial. *Gender and Development* 10(2):2–9.
- Mello D. 2014. *Collective microenterprises and rural women's economic empowerment in Brazilian Amazonia*. [tese de doutorado]. FL, USA: University of Florida.
- Mello D, Schmink M e Zeidemann V. 2013. *O surgimento de microemprendimentos de mulheres rurais na Amazônia brasileira*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, Brazil. September 16.
- Montero L e Pavedo P. 2003. *Ser Castañera: Cadena Productiva e Condiciones Laborales de la Indústria de la Castaña en Riberalta*. La Paz: CEDLA (Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario).
- Montysuma M e Cruz TA. 2008. *Perspectivas de gênero acerca de experiências cotidianas no seringal Cachoeira – Acre (1964–2006)*. *História Unisinos* 12(3):219–36.
- Murphy Y e Murphy RF. 1985. *Women of the Forest*. 2nd ed. New York: Columbia University Press.
- Murrieta RSS e WinklerPrins AM. 2003. Flowers of water: Homegardens and gender roles in a riverine caboclo community in the lower Amazon, Brazil. *Culture & Agriculture* 25(1): 35–47.
- Oliveira R e Anderson S. 1999. *Gender, conservation, and community participation: The case of the Jaú National Park, Brazil*. University of Florida: MERGE <http://www.tcd.ufl.edu/research/merge/merge-case-studies>
- Pace R e Hinote BP. 2013. *Amazon Town TV: An Audience Ethnography in Gurupá, Brazil*. Austin, Texas: University of Texas Press.
- Pacheco P. 2009. Agrarian reform in the Brazilian Amazon: Its implications for land distribution and deforestation. *World Development* 37(8):1337–47.
- Pacheco P. 2005. Decentralization of forest management in Bolivia: Who benefits and why. *Em: Colfer CJP e Capistrano D, eds. The Politics of Decentralization: Forests, People and Power*. London: Earthscan. 166–83
- Pacheco P, Barry D, Cronkleton P e Larson A. 2012. The recognition of forest rights in Latin America: Progress and shortcomings of forest tenure reforms. *Society & Natural Resources* 25(6):556–71.
- Padoch C, Brondizio E, Costa S, Pinedo-Vasquez M, Sears RR e Siqueira A. 2008. Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia. *Ecology and Society* 13(2):2.
- Pantoja MC. 2004. *Os Milton: Cem Anos de História nos Seringais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- Pinedo D. 2014. *The politics of sociality: Social networks and indigenous mobilization in the Peruvian Amazon*. [tese de doutorado]. FL, USA: University of Florida.
- Piqué SP. 2005. *Invisibles entre sus Arboles: reporte 2004: Derechos humanos de las mujeres indígenas amazónicas en el Perú: el caso de las*

- aguarunas, asháninkas y shipibas*. Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán.
- Pokorny B e Johnson J. 2008. *Community forestry in the Amazon: The unsolved challenge of forests and the poor*. Natural Resources Perspective No. 112. Overseas Development Institute (ODI) London.
- Porro N. 2004. *Povos e Pueblos, Lidando com a Globalizacao: As lutas do povo extractivista pela vida nas florestas da Bolívia, Brasil e Peru*. MIQCB Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. IDRC/Canada – Universidade da Florida. pp 34. Brazil.
- Porro, NM, Colfer CJP e Byron Y. 2001. Rights and means to manage cooperatively and equitably: Forest management among Brazilian Transamazon colonists. *Em*: Colfer C e Byron Y, eds. *People Managing Forests: The Links Between Human Well-being and Sustainability*. Washington, DC: Resources for the Future. 300–21
- Porro N, Veiga I e Mota D. 2012. Traditional communities in the Amazon and the emergence of new political identities: The struggle of the quebradeiras de coco babacu. *Em*: Vadjunec J e Schmink M, eds. *Amazonian Geographies: Emerging Identities and Landscapes*. London e New York: Routledge. 123–46
- Puppim de Oliveira JA. 2008. Property rights, land conflicts and deforestation in the Eastern Amazon. *Forest Policy and Economics* 10(5):303–15.
- Ruffino ML, Silva-Forsberg MC, Vidal MD, Raseira MB, Santos de Aquino A e Queiroz de Mello R. 2011. Pro-Várzea's impact on regional development. *Em*: Pinedo-Vazquez M, Ruffino ML, Padoch C e Brondizio ES, eds. *The Amazon Várzea*. London e New York: Springer.
- Sacchi A. 2003. Mulheres indígenas e participação política: A discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista Antropológica* 7(14)(1&2):95–110.
- Santos RLD. 2011. Associação, memória e luta das quebradeiras de coco no Maranhão: O povoado de Petrolina. *Métis: história & cultura* 8(15): 49-65.
- Sauer S. 2011. Considerações Finais: Apontamentos para a Continuidade do (Em) Debate Territorial. *Em*: Sauer S e Almeida W, eds. *Terras e Territórios na Amazônia: Demandas, Desafios e Perspectivas* Brasília: Editora da Universidade Nacional de Brasília. 411–22
- Schmink M. 2004. Communities, forests, markets, and conservation. *Em*: Zarin DJ, Alavalapati JRR, Putz FJ e Schmink M, eds. *Working Forests in the Neotropics*. New York: Columbia University Press. 119–29.
- Schmink M. 1999. *Conceptual Framework for Gender and Community-Based Conservation*. University of Florida: MERGE <http://www.tcd.ufl.edu/research/merge/merge-case-studies>
- Schmink M, Paulson S e Bastidas E, eds. 2002. *Learning to MERGE*. Tropical Conservation and Development Program, University of Florida <http://www.tcd.ufl.edu/research/merge/merge-case-studies>
- Schmink M e Wood CH. 1992. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press.
- Sears RR, Padoch C e Pinedo-Vasquez M. 2007. Amazon forestry transformed: Integrating knowledge for smallholder timber management in Eastern Brazil. *Human Ecology* 35(6): 697–707.
- Shanley P, Da Silva FC e Macdonald T. 2011. Brazil's social movement, women and forests: A case study from the national council of rubber tappers. *International Forestry Review* 13(2):233–44.
- Shanley P, Pierce A, Laird S e Robinson D. 2008. *Beyond timber: Certification and management of non-timber forest products*. Bogor, Indonesia: CIFOR.
- Simonian LT. 1991. Women rubber-tappers in the Brazilian Amazon: A life of work silenced. *Anthropology of Work Review* 12(4):11–16.
- Souza RP e Mello D. 2005. *Produção Familiar Rural: Tendências e Oportunidades da Atividade Madeireira no Acre e no Pará*. Belem, Brazil: GTNA/Forest Trends/IIEB.
- Stoian D. 2005. Making the best of two worlds: Rural and peri-urban livelihood options sustained by non-timber forest products from the Bolivian Amazon. *World Development* 33(9):1473–90.
- Stone SS. 2003. *From tapping to cutting trees: Participation and agency in two community-based timber management projects in Acre, Brazil*. [tese de doutorado]. FL, USA: University of Florida.
- Townsend JG. 1995. *Women's Voices from the Rainforest*. *International Studies of Women and Place*. London: Routledge.

- [UNEP] United Nations Environment Programme. 2009. *Geo Amazonia: Environment outlook in Amazonia*. UNEP, ACTO e CIUP. Panama City, Panama. <http://www.unep.org/pdf/GEOAMAZONIA.pdf>
- Vadjunec JM, Schmink M e Greiner AL. 2012. New Amazonian geographies: Emerging identities and landscapes. *Journal of Cultural Geography* 28(1):1–20.
- Van Holt T, Townsend WR e Cronkleton P. 2010. Assessing local knowledge of game abundance and persistence of hunting livelihoods in the Bolivian Amazon using consensus analysis. *Human Ecology* 38(6):791–801.
- Vazques Garcia V. 2013. Genero y bosques: Temas y enfoques en la literatura internacional / Gender and forests: Topics and approaches in the international literature. *Revista Mexicana de Ciencias Forestales* 4(16):10–21.
- Wiig H. 2013. Joint titling in rural Peru: Impact on women's participation in household decision-making. *World Development* 52:104–19.
- Wolff CS. 1999. *Mulheres da Floresta: Uma História: Alto Juruá, Acre, 1890–1945*. Vol. 33. São Paulo: Editora Hucitec.

Apêndices

Apêndice 1. Expertos consultados para fontes sobre gênero e florestas amazônicas

Nome	Instituição
Alcorn Janis	Rights and Resources Initiative
Ashby Jacqui	Centro Internacional para Agricultura Tropical (CIAT)
Bezerra Joana	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Bolanos Omaira	Rights and Resources Initiative
Colfer Carol	Center for International Forestry Research
Deere Carmen Diana	University of Florida
Duchelle Amy	Center for International Forestry Research
Del Aguila Chaves Rosario	PROCREL (Programa de conservación y uso sostenible de la biodiversidad de Loreto)
Evans Kristen	Center for International Forestry Research
Galloway Glenn	University of Florida
Hecht Susanna	UCLA
Heredia Beatriz	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Kainer Karen	University of Florida
Katz Elizabeth	University of San Francisco
Kaimowitz David	Ford Foundation
Larson Anne	Center for International Forestry Research
McCallum Cecilia	Universidade Federal da Bahia
Mejia Villacis Elena	Center for International Forestry Research
Mello Denyse	University of Florida
Meola Kayte	Cornell University
Midkiff Hillery	USAID Colombia
Paulsen Susan	University of Florida
Padoch Chistine	Center for International Forestry Research
Pezza Cintrão Rosângela	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Porro Noemi	Universidade Federal do Pará
Purabi Bose	Centro Internacional para Agricultura Tropical (CIAT)
Rocheleau Diane	Clark University
Simonian Ligia	Universidade Federal do Pará
Spinard Danielle	USAID Colombia

Nome	Instituição
Thayer Millie	Nicaragua University
Twyman, Jennifer	Centro Internacional para Agricultura Tropical (CIAT)
Verónica Vazquez Garcia	<i>Desarrollo Rural Colegio de Postgraduados Mexico</i>

Apêndice 2. Lista cronológica de 67 referências bibliográficas sobre gênero e florestas amazônicas

N	Country	Location	Social group	Focus	Author(s)	Year
1	Brazil		indigenous	traditional knowledge	Murphy	1985
2	Peru	Iquitos	colono	women's and men's roles; livelihoods	Anderson	1985
3	Brazil	Acre	rubber tappers	women's and men's roles; livelihoods	Simonian	1991
4	Brazil	Acre	extractivist	traditional knowledge	Kainer	1992
5	Brazil	Pará	mixed	tenure and property rights; livelihoods	Schmink	1992
6	Colombia		colono	tenure and property rights; livelihoods	Townsend	1995
7	Brazil	Acre	rubber tappers	women's organizations	Campbell	1996
8	Brazil	Jaú National Park	riverenos	community forestry	Oliveira	1999
9	Brazil	Acre	colono	culture and practices	Wolf	1999
10	Brazil		mixed	livelihoods	Alvares	2001
11	Brazil - Peru	Cashinahua area	indigenous	livelihoods	McCallum	2001
12	Brazil		colono	community forestry	D'INACAO	2001
13	Brazil		mixed	livelihoods	Guedes	2001
14	Brazil		colono	community forestry; tenure and property rights	Porro	2001
15	Brazil		mixed	livelihoods	Simonian	2001
16	Amazonia		rivereno	culture and practices	Tuzin	2001
17	Brazil		extractivist	traditional knowledge	Lazarin	2002
18	Brazil	Maranhão	extractivist	Men's, women's roles	Porro	2002
19	Brazil	Rondônia	rubber tappers	health	De Paula	2003
20	Brazil		colono	Men's, women's roles	Murrieta	2003
21	Brazil, Venezuela, Guiana	triple frontier	colono	livelihoods	Simonian	2003
22	Brazil	Acre	mixed	community forestry	Stone	2003
23	Peru		indigenous	community forestry	Peralta	2004
24	Bolivia, Brazil, Peru	Pando, Acre, Puerto Maldonado	colono	Men's, women's roles; livelihoods	Porro	2004
25	Bolivia	Santa Cruz	indigenous	community forestry	Bolanos and Schmink	2005
26	Brazil - Peru	Acre, Madre de Dios	mixed	livelihoods	Campbell	2005
27	Brazil	Manaus	colono	women's organizations	Costa	2005
28	Bolivia		mixed	community forestry	Cronkleton	2005
29	Bolivia		indigenous	community forestry	Cronkleton	2005
30	Brazil	Acre	mixed	Culture and practices: hunting colono	Minzenberg	2005
31	Bolivia	North Amazon	colono	community forestry	Pacheco	2005
32	Brazil	Maranhão	mixed	community forestry	Figueiredo	2005
33	Peru		indigenous	women's organizations	Paredes	2005
34	Brazil	Acre, Maranhão	mixed	community forestry, livelihoods	Porro	2005
35	Brazil	Acre	extractivist	community forestry	Santos	2005
36	Brazil	Acre, Pará	mixed	livelihoods	Souza	2005
37	Bolivia		mixed	livelihoods	Stoian	2005
38	Peru		indigenous	women's organizations	AIDSESP (Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana)	2006
39	Brazil	Maranhão	extractivist	women's organizations, tenure and property rights	Da Rocha	2006
40	Brazil		mixed	culture and practices	Favilla	2006
41	Brazil	Bajo Amazonas	colono	culture and practices	Murrieta	2006
42	Brazil	Pará	colono	culture and practices	Silva	2006
43	Brazil	Pará	riverenos	fisherwomen	Simonian	2006
44	Brazil		colono	women's organizations	Siqueira	2006
45	Brazil	Acre	rubber tappers	livelihoods	Hecht	2007
46	Peru	Bagua - Amazonas	indigenous	culture and practices	Lozada	2007
47	Bolivia, Brazil, Colombia, Ecuador, Peru, Venezuela		indigenous	tenure and property rights	Chirif	2007
48	Mixed		indigenous	tenure and property rights; livelihoods	Pazmino	2007
49	Ecuador		indigenous	tenure and property rights; livelihoods	Aviles	2008
50	Peru		mixed	livelihoods	Padoch	2008
51	Brazil		colono	livelihoods	Adams	2009
52	Bolivia		colono	Forest management; livelihoods	Lehm	2009
53	Peru	Iquitos	indigenous	women's and men's roles; livelihoods	Fuller	2009
54	Bolivia	Takana	indigenous	Culture and practices: hunting colono	Lehm	2010
55	Brazil	Amazon estuary	mixed	livelihoods	Brondizio	2011
56	Brazil		colono	tenure and property rights	Almeida	2011
57	Brazil	Espirito Santo	extractivist	Forest management; livelihoods	Fernandes	2011
58	Brazil		riverenos	Forest management; livelihoods	Ruffino	2011
59	Brazil	Petrolina	extractivist	livelihoods; women's organizations	Santos	2011
60	Brazil		mixed	tenure and property rights	Sauer	2011
61	Brazil		rubber tappers	women's organizations	Shanley	2011
62	Bolivia, Brazil, Peru, Colombia, Ecuador, Venezuela		mixed	livelihoods; women's organizations	Simonian	2011
63	Bolivia	Riberalta	colono	tenure and property rights; livelihoods	Llanque	2012
64	Brazil		extractivist	women's and men's roles; livelihoods	Porro	2012
65	Bolivia		indigenous	livelihoods; traditional knowledge	Villar	2012
66	Peru	Bagua - Amazonas	indigenous	culture and practices	Lozada	2013
67	Bolivia, Brazil, Peru, Colombia, Ecuador		mixed	tenure and property rights; livelihoods	Mairena	2013

As publicações ocasionais do CIFOR contém resultados de pesquisa que são significantes para o manejo florestal nos trópicos. O conteúdo é revisado por especialistas internos e externos.

Apesar da importância das florestas para os processos globais, e a antiga tradição do manejo florestal por parte dos povos amazônicos, curiosamente, há pouca literatura disponível sobre gênero e as florestas da região amazônica. Os papéis e as relações de gênero são componentes importantes das emergentes questões-chaves relacionadas às florestas, como é o caso das mudanças climáticas e os diferentes riscos e oportunidades que enfrentam homens e mulheres em diversos contextos. Este trabalho revisa a literatura recente (em inglês, espanhol e português) que lida com gênero e florestas na Amazônia, enfocando em: direitos fundiários nos territórios e comunidades amazônicas; relações de gênero diversificadas e cambiantes; programas de manejo florestal; e a participação das mulheres nos movimentos sociais e nas organizações. A revisão encontra significantes barreiras históricas, sócio culturais e materiais à equidade de gênero e à participação plena das mulheres no manejo sustentável das florestas amazônicas, e uma relativa falta de enfoque em gênero nos programas de manejo florestal, apesar de exemplos promissores. O achado mais importante foi que, durante os últimos dois décadas, mulheres de grupos distintos amazônicos se organizaram cada vez mais, reforçando seus direitos, níveis de participação e empoderamento. Precisa-se de mais pesquisa para entender a variabilidade de relações e direitos de gênero nos contextos diferentes da Amazônia, e como estes estão mudando. Também fazem falta pesquisas para entender e apoiar os esforços para melhorar a equidade de gênero nos direitos aos recursos, renda e participação nas decisões sociais chaves das comunidades sobre o futuro das florestas amazônicas e seus povos.



PROGRAMA DE
PESQUISA SOBRE
Florestas, Árvores e
Agroflorestas

Esta pesquisa foi conduzida pelo CIFOR, como parte do Programa de Pesquisa do CGIAR sobre Florestas, Árvores e Agroflorestas (CRP-FTA). Este programa colaborativo visa melhorar o manejo e o uso de florestas, agroflorestas e recursos genéticos de árvores distribuídos por toda a paisagem, de florestas a fazendas. O CIFOR lidera o CRP-FTA em parceria com Bioversity International, o CATIE, o CIRAD, o Centro Internacional de Agricultura Tropical e o Centro Mundial Agroflorestal.

cifor.org

blog.cifor.org



Fund



Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)

O CIFOR contribui para o bem-estar humano, a conservação ambiental e a equidade, realizando pesquisas para servir de base para as políticas e práticas que afetam as florestas nos países em desenvolvimento. O CIFOR é um membro do Consórcio do CGIAR. Nossa sede fica em Bogor, na Indonésia, com escritórios na Ásia, África e América Latina.

